CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A,** inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 7º, parágrafos 1 ao 3 do Estatuto Social e Medida Provisória no 931, de 30 março de 2020/Lei 14010 de 10 de Junho de 2020, a qual será realizada em **26 de abril de 2022 terça feira, às 14:30 horas através de videoconferência** na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975 - 2º Subsolo - Vila Andrade - São Paulo - SP - OPEN MALL PANAMBY, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia. (I) Aprovação de Contas Exercício 2021; (II) Incremento de Capital, Acerto Allowance 2020; (III) Obras; (IV) Melhorias Operacionais; (V) Plano Estratégico; (VI) Comercialização; e (VII) Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/82138558181?pwd=bGFhRVIzaEdjbDAwMTY5ajdWanp0UT09. ID da reunião: 821 3855 8181. Senha de acesso: 418678. A Administração.

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11.04.2022, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, 500 São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2021, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000871-55.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDSON NOGUEIRA DA ROCHA JR (CPF/MF:184.630.858-57) que Itaú Unibanco S.A lhes ajuizou ação de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 130.560,88 devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2022. 31/03 e 01/04/2022

Baumer S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Mogi Mirim/SP, 29/03/2022

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Milão Investimentos Imobiliários Ltda foi apresentado, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 843.836 em 01 de dezembro de 2021, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área do imóvel situado na Rua Carneiro da Cunha nº 555, matriculado sob nº 90.615, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores Mauricio Nicoulau Orfali, herdeiro de Julia Aithy e Oswaldo Malagrino que era casado com Helena Atihy Malagrino, titulares de domínio de fração ideal do imóvel confrontante situado na Rua Carneiro da Cunha nº 561/565, antigo nº 43, com origem nas transcrições nºs 56.462 e 81.643, deste Registro, uma vez que os mesmos não foram localizados, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 29 de março de 2022.

Bahema Educação S.A.

CNPJ/ME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Bahema Educação S.A., com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("LSA") convocar os acionistas para reunirem-se em AGO/E ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 29/04/2022, às 10h30, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2022. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a alteração do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender (a) ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela AGE realizada em 02/10/2017, conforme aditado ("Plano 2017"); (b) à conversão das debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, Emitidas em Série Única da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente); e (c) ao exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures emitidas no âmbito da Emissão ("Bônus de Subscrição"); **(ii)** examinar, discutir e votar o Plano de Outorga de Ações da Companhia, em substituição ao Plano 2017 atualmente vigente. **Informações Gerais: 1.** Os documentos de que trata o Art. 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nessa data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website (www.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br) e serão publicados no Jornal O Dia. Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos a Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), bem como os demais documentos previstos na Instrução CVM 481 e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. **2.** A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta da Administração e no Boletim (no caso da participação via Boletim): **(a) Presencial**: O acionista deverá apresentar à Companhia cópia da seguinte documentação: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto do representante legal do acionista, acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou da administração); e (iii) no caso de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso, acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem os mencionados documentos para participação (inclusive o extrato comprovação de posição acionária) na sede da Companhia até **27/04/2022**. Não obstante, nos termos da Instrução ICVM 481, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. **(b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus Boletins: (i) diretamente à Companhia; (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do próprio Boletim, que pode ser acessado nos websites mencionados no item 1 acima. Quando enviado diretamente à Companhia, o Boletim deverá ser acompanhado de cópia de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia Geral descritos no item (a) acima, e de quaisquer outras indicadas no Boletim. Em qualquer dessas hipóteses, o Boletim, deverá ser recebido pela Companhia em plena ordem e de acordo com o disposto acima em até, no máximo, 7 dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até **22/04/2022**. Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. **3.** Nos termos do Art. 126, § 1º da LSA, o acionista que seja pessoa física que não puder comparecer à Assembleia Geral poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item (a) acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à Assembleia Geral. Da mesma forma, a Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até 27/04/2022.

São Paulo, 30/03/2022. Cassio Beldi - **Presidente do Conselho de Administração.**

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/MF.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E:- 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2021; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 29 de março de 2022.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.030.182/0001-02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais (exceto prejuízo por ação)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: A Administração da Cabinda Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de setembro de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

São Paulo, 31 de março de 2022.
Diretor de Relações com Investidores

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo/Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	56	77
Impostos a recuperar	2	2
	58	79
Total do ativo	58	79
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contas a pagar	33	27
Obrigações fiscais	1	1
	34	28
Total do passivo	34	28
Patrimônio líquido		
Capital social	913	913
Reserva de capital	755	655
Prejuízos acumulados	(1.644)	(1.517)
	24	51
Total do passivo e patrimônio líquido	58	79

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	886	582	(1.393)	75
Integralização de capital e reservas	27	73	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(124)	(124)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	913	655	(1.517)	51
Integralização de capital e reservas	–	100	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(127)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	913	755	(1.644)	24

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(127)	(124)
Prejuízo do exercício	(127)	(124)
Quantidade de ações (média ponderada) - ON	2.458.000	2.398.000
Quantidade de ações (média ponderada) - PN	4.916.000	4.796.000
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - ON	(0,01713)	(0,01727)
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - PN	(0,01713)	(0,01727)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(127)	(124)
Resultado abrangente do exercício	(127)	(124)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(127)	(124)
Variação no capital circulante		
Despesas antecipadas	–	5
Contas a pagar aos fornecedores	6	7
Obrigações fiscais	–	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(121)	(111)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização reserva de capital	100	73
Integralização de capital	–	27
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100	100
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(21)	(11)
Caixa e equivalentes no início do exercício	77	88
Caixa e equivalentes no final do exercício	56	77

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Insumos adquiridos de terceiros	31/12/2021	31/12/2020
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63)	(62)
Valor distribuído líquido	(63)	(62)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições federais	64	62
Prejuízo do exercício	(127)	(124)
	(63)	(62)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A Cabinda Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior. Em 10 de junho de 2021, a GP Holding I, LLC adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Palta LLC e GPCP I FIP pelo valor total de R$ 1; em consequência dessa transação, a GP Holdings I, LLC passou a deter o controle da Companhia com 99,99% do capital social. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados a medida da concretização das oportunidades em análise. A Cabinda é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Cabinda cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2022. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em real, que é a moeda funcional da Companhia, e são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. **(d) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **(e) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	56	77
	56	77

5. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades e, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações financeiras e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R$33 (31 de dezembro de 2020 - R$ 27). **6. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020 foi aprovado o aporte, por subscrição privada, no montante de R$ 270 com a emissão de 270.000 ações, sendo 90.000 ações ordinárias e 180.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social e o valor de R$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital. A destinação do valor de R$243 para a conta de reserva de capital da Companhia e o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$27. O valor total será integralizado conforme necessidade. Em 30 de junho de 2021, foi integralizado R$100 destinado à conta de reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado é de R$ 913 dividido em 7.374.000 ações (7.374.000 ações em 31 de dezembro de 2020), sendo 2.458.000 ações ordinárias (2.458.000 ações em 31 de dezembro de 2020) e 4.916.000 ações preferenciais Classe B (4.916.000 ações em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. As ações preferenciais de Classe B serão resgatáveis, não terão direitos de voto e terá prioridade no recebimento de um dividendo mínimo correspondente a R$0,01 (um centavo) por ação, aplicável somente se a Companhia tiver lucro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão. **(b) Reserva legal:** A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude de a Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado a essa reserva. **(c) Dividendos:** Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social. **7. Despesas natureza:** Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

	31/12/2021	31/12/2020
Publicações	30	31
Auditoria e consultoria	33	31
Taxas e tributos	64	62
Total de despesas	127	124

8. Provisões e Passivos Contingentes: A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou tributária, que devessem estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. **9. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$878 (R$752 em 31 de dezembro de 2020). Em função das incertezas quanto à realização dos créditos decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, além do histórico de prejuízos fiscais, a Companhia não registrou os impostos diferidos em seu balanço patrimonial. **10. Gestão de riscos: (a) Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía depósitos financeiros, ou seja, saldos em conta corrente, em instituição financeira nacional de primeira linha cuja exposição a eventual risco de crédito é mínima. **(c) Risco de mercado acionário:** A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores. **(d) Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia não cumpra as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. **(e) Risco de taxa de juros:** O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição. **11. Outras informações: (a) Benefícios pós-emprego:** A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração. **(b) Transações entre partes relacionadas:** A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

A Diretoria

Valdo Mandú Gomes - Contador - CRC 1SP218432/O-5

DECLARAÇÃO DO DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Eu, Denilson Ishikawa, declaro que: 1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; 2. Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Cabinda Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022.
Denilson Ishikawa - Diretor Vice-Presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR SUPERINTENDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, Danilo Gamboa, declaro que: 1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; 2. Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Cabinda Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022.
Danilo Gamboa - Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Vice-Presidente e o Diretor Superintendente/DRI da **Cabinda Participações S.A.,** sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.030.182/0001-02, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 31 de março de 2022.
Danilo Gamboa - Diretor Superintendente/DRI **Denilson Ishikawa -** Diretor Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Cabinda Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Cabinda Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cabinda Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia está sem operação e não vem gerando receitas decorrentes de suas atividades. Dessa forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Deloitte.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 24902

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de A

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("AGOE" ou "Assembleia"), havendo quórum legal, a ser realizada em 29 de abril de 2022, às 09:30hrs. A Assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622"), para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** (i) Apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; e (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** (i) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022 **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos**: Os acionistas que desejarem atender à Assembleia deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos descritos no presente edital de convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, com antecedência mínima de 2 dias em relação à data de realização da Assembleia **(ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2022)**, para (a) realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para sua representação e participação na respectiva Assembleia; e (b) especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à Assembleia. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia. Diante da realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da Assembleia. **Documentação de Representação**: Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da Assembleia dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406/2002, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital Microsoft Teams. Visando a segurança da Assembleia, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na Assembleia serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da Assembleia, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na Assembleia até às 17:00hrs do dia 28 de abril de 2022, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 21-C da ICVM 481: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem votar, tenha ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da Assembleia, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da Assembleia através da plataforma digital Microsoft Teams serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 21-V da ICVM 481. **Voto à Distância:** Nos termos da ICVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na Assembleia. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista (i) diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); (ii) ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou (iii) à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido até 7 (sete) dias corridos antes da data da Assembleia. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na Assembleia, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela ICVM 481. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. **Jorge Mitre -** Presidente do Conselho de Administração.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 544E-FF17-B191-F6FB.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 544E-FF17-B191-F6FB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/544E-FF17-B191-F6FB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 544E-FF17-B191-F6FB

Hash do Documento

517F1B4E0B98CE086B9182471C7CAE075D7136F2BEC9A39FBD235F2B5488F6D6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 – NIRE 35.300.498.119

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração**. (31/03, 01 e 02/04/2022)

Travessia Holding S.A.

CNPJ/MF nº 39.809.063/0001-29 – NIRE 35.300.394.020

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na Cidade de São Paulo, SP na Rua Bandeira Paulista ,600- conjuntos 44 salas 10 os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de Março de 2022. **A Administração**. (31/03, 01 e 02/04/2022)

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Diretor Presidente.

MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ N. 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de abril de 2022

O Conselho de Administração da **Moinho Progresso S/A** convida os Srs. (as) acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132 da Lei 6404/76, em sua sede social à Rua Emílio Goeldi n. 95, às 11 horas do dia 12 de abril de 2022, para deliberarem sobre: leitura, discussão e votação das contas e relatórios relativos ao exercício findo em 31/12/2021 e destinação do lucro; eleição do Conselho de Administração para o próximo biênio e valor total anual para remuneração dos administradores da companhia nos termos do artigo 8º, inciso VIII do Estatuto Social da mesma. A documentação completa referente a esta assembleia foi publicada no dia 09 de março de 2022 nos jornais "O Dia – SP" e Diário Oficial do Estado de SP. AVISO GERAIS – Os documentos a serem aprovados podem ser também requeridos junto à companhia pelo e-mail: admin@moinhoprogresso.com.br, endereçado à Sra. Adriane, com identificação do acionista requisitante. Os acionistas podem ser representados por procuradores devidamente mandatados, atendendo aos critérios legais do artigo 126 da lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta. São Paulo, 29 de abril de 2022, **Yung Chu Ching** – Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04)

Vale produz areia sustentável para pavimentação asfáltica

Areia produzida a partir do reaproveitamento do rejeito de minério de ferro nas operações da mineradora Vale em Itabira (MG) pode ser usada no revestimento de estradas, com benefícios ambientais e econômicos. Essa é a conclusão de estudo desenvolvido nos últimos cinco anos pela Vale, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) do campus Itabira.

A pesquisa demonstrou o potencial da areia sustentável para aplicação em pavimentos rodoviários. Os resultados dos testes, realizados em laboratório, mostraram aumento de mais de 50% da vida útil da estrada e redução em torno de 20% dos custos da obra, por meio da utilização do insumo em todas as camadas, em comparação aos pavimentos construídos com materiais tradicionais, como brita, solo e areia natural.

Já utilizada com sucesso no mercado da construção civil, a areia sustentável da Vale resulta também em ganhos para a segurança das operações da empresa, ao reduzir a disposição dos rejeitos em barragens, e constitui alternativa ao consumo da areia natural, segundo recurso mais explorado no mundo, depois da água.

Os pesquisadores querem confirmar agora as conclusões do estudo em pavimentação rodoviária, por meio do monitoramento de uma pista experimental, construída em área operacional da Mina Cauê, em Itabira. Essa primeira estrada rodoviária com revestimento asfáltico, criada pelo setor de mineração, é toda monitorada por instrumentos, informou o gerente executivo de Licenciamento Ambiental da Vale, Rodrigo Dutra Amaral.

"Com 425 metros de extensão, a pista é formada por quatro camadas com diferentes misturas da areia Vale e conta com 96 sensores de pressão, temperatura, deformação e umidade, que fornecerão dados sobre o desempenho das estruturas do pavimento sujeitas ao tráfego constante de cargas e às condições climáticas reais", afirmou Amaral.

As informações serão analisadas durante dois anos pela Unifei do campus Itabira e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de serem compartilhadas com o Instituto de Pesquisas em Transporte (IPR) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), visando à criação de um acervo técnico e à normatização do método, acrescentou o gerente.

Investimentos

Os investimentos da Vale em pesquisa e inovação para aplicação de areia sustentável em pavimentos rodoviários somam mais de R$ 7 milhões.

A gerente da Vale, Marina Dumont, disse que esse mercado oferece boas oportunidades de novos negócios para a empresa, resultando em benefícios diretos para a comunidade. "Promovemos a economia circular nas operações, com o reaproveitamento de um material que seria descartado em pilhas e barragens. Cada quilômetro de rodovia pode consumir até 7 mil toneladas do rejeito gerado na produção do minério de ferro. Somente no estado de Minas Gerais, temos aproximadamente 250 mil quilômetros de estradas sem pavimentação", lembrou.

A responsável técnica pela pesquisa, engenheira Laís Resende, da Vale, afirmou que a areia atua como agente redutor do consumo de cimento e cal, além de reduzir em até 6% o consumo de cimento asfáltico de petróleo (CAP), considerado um dos materiais mais caros nesse tipo de obra.

Desde 2015, a Vale já investiu cerca de R$ 50 milhões em diferentes linhas de pesquisa, que buscam avaliar o potencial técnico dos rejeitos de minério de ferro e das areias provenientes do tratamento do rejeito na aplicação de pré-moldados, pavimentação, rochas artificiais, geopolímero e aglomerantes, entre outros.

Além da pavimentação asfáltica, a Vale também estuda a aplicação da areia sustentável em pavimentação vicinal (estradas rurais), nas quais estão sendo investidos cerca de R$ 1,6 milhão, e em pavimentação ferroviária, cujo valor está em torno de R$ 6 milhões.

Sustentabilidade

A empresa entrou com pedido de patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para uma tecnologia que utiliza a areia sustentável na produção de revestimento asfáltico. O produto foi desenvolvido com qualidade comercial, visando a aplicação no mercado da construção civil a partir de adequações na operação de minério de ferro no estado de Minas. O material arenoso, anteriormente depositado em pilhas e barragens, é processado e transformado em produto, seguindo os mesmos controles de qualidade de produção de minério de ferro.

No ano passado, a empresa processou cerca de 250 mil toneladas de areia sustentável. Este ano, a Vale já acertou a destinação de cerca de 1 milhão de toneladas de areia. A estimativa é que em 2023 esse número dobre para 2 milhões de toneladas.

A empresa informou que seu foco principal, com a produção da areia sustentável, é a sustentabilidade das operações de minério de ferro, minimizando o passivo ambiental, além de buscar o fomento de emprego e renda por meio da geração de novos negócios.

De acordo com a Vale, a areia resultante do tratamento de minério de ferro é um produto 100% legal, com alto teor de sílica e baixo teor de ferro, além de alta uniformidade química e granulométrica. O material não apresenta características perigosas em sua composição porque o processamento mineral para obtenção da areia é essencialmente físico, sem alterações na composição dos materiais, assegurou a companhia. Essa areia pode ser utilizada para concretos, argamassas, pré-fabricados, artefatos, cimento e pavimentação rodoviária e vicinal.

Redução de barragens

A Vale destacou, entre outras iniciativas para redução do uso de barragens, a construção de quatro plantas de filtragem de rejeitos que, inclusive, vão auxiliar na produção da areia. As duas plantas inauguradas no início do ano, nas usinas de Cauê e Conceição, poderão potencializar a produção da areia sustentável em Itabira, já que reduzem o percentual de água do rejeito, viabilizando tanto o empilhamento a seco do material, quanto o interesse do mercado pelo produto.

O Complexo Vargem Grande, em Nova Lima, já tem a tecnologia, e uma quarta planta de filtragem de rejeitos deve ser inaugurada no segundo trimestre do ano, na Mina Brucutu, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

A Vale já obteve autorização ambiental para a produção de areia na Mina de Viga, em Congonhas. Outras minas da empresa, também situadas em Minas Gerais, se encontram em processo de regularização ambiental para produção do insumo.

Educação

A Vale destinou mais de R$ 3 milhões para a pesquisa científica da Unifei do campus de Itabira, incluindo a aquisição de equipamentos para os laboratórios do curso de Engenharia da Mobilidade, considerados referência no estado na área de pavimentação.

Para o professor Sérgio Soncim, coordenador da pesquisa pela Unifei de Itabira, "o modelo de parceria de estudo que a Vale desenvolve com a Unifei é extremamente importante para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil". (Agencia Brasil)

BRD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10 – NIRE nº 35.300.579.551

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/01/2022

Data, Hora e Local: aos 03/01/2022, às 10:00 horas, na sede social da **BRD Holding S.A.** ("Companhia"), situada na Rua Jandiatuba, 143, conjunto 205, Vila Andrade, Município de São Paulo, SP, CEP 05.716-150. **Presenças:** convocação dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** foram eleitos como **Presidente** da mesa o Sr. Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio, cidadão português com igualdade de direitos com brasileiros, nos termos do Decreto nº 70.391/72, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 12.649.542-7-SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 572.448.987-20 e no Conselho Regional de Administração ("CRA-SP") sob o nº 48055, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto nº 71, Itaim Bibi, CEP 04.543-121, e como **Secretário** o Sr. Márcio Issao Fujita, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 16.200.129-0, inscrito no CPF/ME sob nº 125.572.808-60, com endereço profissional na Rua Jandiatuba, nº 143, conjunto nº 206, Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05.716-150. **Ordem do Dia:** (i) alteração e consolidação do Estatuto Social; e, (ii) eleição da Diretoria. **Deliberações:** posta em discussão a ordem do dia, por unanimidade de votos dos presentes foram aprovadas as seguintes deliberações: (i) a alteração do Estatuto Social da Companhia; e, (ii) a eleição, por aclamação, do Sr. **Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio**, cidadão português com igualdade de direitos com brasileiros, nos termos do Decreto nº 70.391/72, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 12.649.542-7-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 572.448.987-20 e no CRA-SP sob o nº 48055, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto nº 71, Itaim Bibi, CEP 04.543-12, **Márcio Issao Fujita**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 16.200.129-0, inscrito no CPF/ME sob nº 125.572.808-60, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jandiatuba, nº 143, conjunto nº 206, Morumbi, CEP 05.716-150 e **Filipe Casellato Scabora**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 45.984.312-6, inscrito no CPF/ME sob nº 369.213.138-08, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto nº 71, Itaim Bibi, CEP 04.543-121, respectivamente como primeiro, segundo e terceiro Diretores da Companhia, para exercer a sua administração, na forma do Estatuto Social, servindo a presente como Termo de Posse. Por fim, posta em votação, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade de votos dos presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada por todos os presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia que, em seguida, assinaram-na. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Confere com o original lavrado em livro próprio. E, por estarem assim justas e pactuadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) via de igual teor e forma, e para um só efeito. São Paulo, 03/01/2022. **Presidente: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio; Secretário: Márcio Issao Fujita. Acionistas: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio; Márcio Issao Fujita. Diretores: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio; Márcio Issao Fujita; Filipe Casellato Scabora. Consolidação do Estatuto Social de BRD Holding S.A. -** CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10 - NIRE nº 35.300.579.551 - **Denominação Social - Cláusula 1ª -** A Companhia tem a denominação social de **BRD Holding S.A.** § Único **-** A Companhia poderá utilizar o nome fantasia de "**BRD Holding**". **Sede e Domicílio Legal - Cláusula 2ª** - A Companhia tem sua sede social e domicílio legal na Rua Jandiatuba, nº 143, conjunto 205, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.716-150. § Único - A Companhia poderá abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos, agências ou outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou do exterior por meio de deliberação tomada em Assembleia Geral. **Objeto Social - Cláusula 3ª -** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, a gestão e a administração, a compra e a venda de outras sociedades, sejam de responsabilidade limitada ou por ações. § Único - A Companhia explora atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária, nos termos dos artigo 966, caput e parágrafo único, e artigo 982 do Código Civil. **Prazo de Duração - Cláusula 4ª -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado, iniciando suas atividades na data de assinatura do Estatuto Social. **Capital Social - Cláusula 5ª** - O capital social é de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), dividido em 8.000.000 (oito milhões) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. *§1º* - Fica autorizado o aumento do capital social para até R$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), mediante deliberação da Assembleia Geral, sem a necessidade da alteração do Estatuto Social, por meio da emissão de ações ordinárias ou preferenciais sem direito a voto, nos termos do artigo 168 da LSA. *§2º* - No caso de aumento de capital, os acionistas terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência, podendo renunciá-lo expressamente por escrito no mesmo ato societário que deliberar mencionado aumento de capital ou por meio de qualquer outra comunicação escrita devidamente comprovada. *§3º* - As futuras transferências de ações serão formalizadas apenas no Livro Registro de Transferência de Ações Nominativas. A Companhia poderá emitir certidão dos assentamentos nos Livros de Registro de Ações Nominativas e de Transferências de Ações Nominativas, nos termos do § 1º do artigo 100 da LSA, ou emitir Ata apresentando a composição acionária da Companhia em determinada data. *§4º* - Dentro do limite do capital autorizado, a Assembleia Geral poderá deliberar a emissão de ações preferenciais, bônus de subscrição, e de debêntures nominais e conversíveis em ações da Companhia de até R$ 33.000.000,00. *§5º* - As ações da Companhia serão: (i) ordinárias, com direito de voto, e cada ação ordinária corresponderá a 01 voto nas deliberações da Assembleia Geral; e, (ii) preferenciais, sem direito a voto, com direitos conferidos por ocasião da sua emissão. **Assembleia Geral - Cláusula 6ª** - As assembleias gerais de acionistas realizar-se-ão: (i) obrigatoriamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social; e, (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, com observância dos preceitos legais. *§ único* - As assembleias gerais de acionistas serão convocadas conforme determina a Lei e serão presididas e secretariadas por quem os acionistas presentes elegerem. **Administração - Cláusula 7ª** - A administração da Companhia compete à Diretoria, em conjunto ou separadamente, com as atribuições estabelecidas pelo presente Estatuto Social. *§1º* - Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos correspondentes termos, permanecendo nos respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. *§2º* - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração da Diretoria, que poderá renunciar desta pelo exercício do cargo. **Cláusula 8ª** - A Diretoria será composta de, pelo menos, 03 membros, acionistas ou não da Companhia, residentes no país. *§1º* - Os membros da Diretoria terão as seguintes designações e atribuições específicas: (i) Primeiro Diretor - responsável pelas áreas Financeira, Comercial e Cobrança; (ii) Segundo Diretor - responsável pelas áreas de Investimento, Captação de Recursos - Investidores e Gestão de Pessoas; e, (iii) Terceiro Diretor - responsável pelas áreas de Operações, Contabilidade, Jurídico e Compliance. *§2º* - O mandato da Diretoria será de 03 anos, admitida a reeleição da totalidade de seus membros, sem qualquer limitação. *§3º* - No caso de vacância de algum cargo da Diretoria, os Diretores remanescentes ocuparão o cargo vago até nova eleição. **Cláusula 9ª** - São atribuições gerais da Diretoria, por seus membros, isolados ou em conjunto, independentemente da designação: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) convocar a Assembleia Geral de Acionistas; (iii) aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Companhia e submetê-los à Assembleia Geral de Acionistas; (iv) representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele; (v) gestão do movimento financeiro da Companhia; e, (vi) elaborar o relatório da administração da Companhia. **Cláusula 10ª** - A eficácia e validade dos atos abaixo relacionados fica condicionada à assinatura conjunta de, ao menos: a) 02 Diretores, independentemente da designação; ou de b) 01 Diretor, independentemente da designação, em conjunto com 01 Procurador devidamente constituído: (i) nomear procuradores para representar a Companhia com outorga de poderes que dependam da aprovação dos acionistas representantes da maioria simples do capital social; (ii) onerar, adquirir ou alienar participações da Companhia em negócios ou sociedades ou em qualquer outro empreendimento; (iii) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis da Companhia; (iv) comprar, vender, onerar ou de qualquer outra forma alienar bens móveis da Companhia cujo valor individual ou em conjunto exceda a R$ 1.000.000,00; (v) assinar cheques e quaisquer outros documentos financeiros da Companhia cujo valor exceda a R$ 1.000.000,00, exceto transferências bancárias eletrônicas para cobrir folha de pagamento ou entre contas bancárias da Companhia, as quais poderão ser realizadas sem restrição; (vi) conceder ou tomar empréstimos ou financiamentos cujo valor individual ou em conjunto exceda a R$ 1.000.000,00; (vii) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e, (viii) votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas, bem como tomar qualquer decisão em relação a sociedades subsidiárias ou que a Companhia detenha alguma participação. *§1º* - As procurações para representar a Companhia com outorga de poderes se darão por instrumento público ou particular e deverão, em qualquer hipótese, ser outorgadas conjuntamente por 02 Diretores, independentemente da designação, devendo mencionar expressamente os poderes outorgados, com período de validade determinado de, no máximo, 02 anos da data de outorga. *§2º* - Sem prejuízo do quanto disposto no parágrafo primeiro, as procurações conferidas para representação da Companhia em juízo poderão ser assinadas por apenas 01 Diretor, independentemente da designação, assinando isoladamente, sem prazo de validade. *§3º* - Em se tratando de transações envolvendo valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00, bastará a assinatura de 01 Diretor isoladamente, independentemente da designação, ou 02 Procuradores, conjuntamente, para eficácia e validade dos atos supra elencados. **Cláusula 11ª** - Qualquer ato praticado por qualquer um dos acionistas, diretores, procuradores, ou empregados que envolvam a Companhia em obrigações relacionadas a aspectos negociais ou transações que não relacionadas aos seus propósitos, tais como fiança, aval ou outras formas de garantia a terceiros, são expressamente proibidos e nulos em relação à Companhia, a menos que tenham sido prévia e expressamente aprovados, por escrito, por Acionistas representando 75% da totalidade das ações ordinárias da Companhia. **Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros - Cláusula 12ª**- O Conselho Fiscal, não permanente, composto de 03 membros efetivos e de igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei, somente funcionará nos exercícios em que for instalado por deliberação dos acionistas, obedecido o disposto no artigo 161 da LSA. **Cláusula 13ª** - O exercício social coincidirá com o ano civil. **Cláusula 14ª** - A Diretoria apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais. *§ único* - Os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório equivalente à parcela de 30% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da LSA para cada exercício social, ressalvados os direitos conferidos às ações preferenciais por ocasião da sua emissão e as previsões do Acordo de Acionistas da Companhia. **Cláusula 15ª** - Poderão ser levantados Balanços Intermediários, à critério da Diretoria ou da Assembleia Geral, por maioria simples, ficando a Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, autorizada a distribuir dividendos antecipados. **Cláusula 16ª** - Por deliberação da Diretoria e observadas as disposições legais aplicáveis a Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio. **Cláusula 17ª** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo da liquidação e indicar o liquidante, obedecidas as formalidades legais. ***§ único*** - Liquidado o passivo, o ativo remanescente, se houver, será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Cláusula 18ª** - Os casos omissos e/ou conflitos decorrentes da interpretação do presente Estatuto Social, no que couber, serão resolvidos na forma do Acordo de Acionistas celebrado, conforme artigo 118 da LSA. **Foro - Cláusula 19ª -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer disputas ou questões relativas a esse Estatuto Social ou suas alterações, à Companhia, seus acionistas e Diretores. **Disposições Finais - Cláusula 20ª** - A Companhia observará presente Estatuto Social e eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista ou signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no presente Estatuto Social e eventuais Acordos de Acionistas, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver devidamente previsto e regulado. E, por estarem assim justas e pactuadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, e para um só efeito. São Paulo (SP), 03/01/2022. **Acionistas: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio; Márcio Issao Fujita. Diretores: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio; Márcio Issao Fujita; Filipe Casellato Scabora.** JUCESP nº 033.036/22-6, em 19/01/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BRD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/ME nº 14.158.503/0001-02 – NIRE: 35.300.522.338

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/01/2022

Data, Hora e Local: aos 03/01/2022, às 12:00 horas, na sede social da **BRD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** ("Companhia"), situada na Rua Jandiatuba, 143, conjunto 207, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.716-150. **Presenças:** convocação dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, em virtude da presença de **BRD Holding S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.507.584/0001-10, situada na Rua Jandiatuba, 143, conjunto 205, Vila Andrade, Município de São Paulo, SP, CEP 05.716-150, acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** foram eleitos como **Presidente** da mesa o Sr. Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio, cidadão português com igualdade de direitos com brasileiros, nos termos do Decreto nº 70.391/72, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 12.649.542-7-SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 572.448.987-20 e no Conselho Regional de Administração ("CRA-SP") sob o nº 48055 e como **Secretário** o Sr. Filipe Casellato Scabora, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 45.984.312-6, inscrito no CPF/ME sob nº 369.213.138-08, ambos com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto nº 71, Itaim Bibi, CEP 04.543-121. **Ordem do Dia:** (i) renúncia de Diretor; (ii) eleição da Diretoria; e, (iii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** posta em discussão a ordem do dia, por unanimidade de votos dos presentes foram aprovadas as seguintes deliberações: (i) acatar a renúncia do Sr. Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio, acima qualificado, do cargo de Diretor da Companhia, com efeitos imediatos; (ii) eleger, por aclamação, o Sr. Márcio Issao Fujita, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 16.200.129-0, inscrito no CPF/ME sob nº 125.572.808-60, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jandiatuba, nº 143, conjunto nº 206, Morumbi, CEP 05.716-150 e o Sr. Filipe Casellato Scabora, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 45.984.312-6, inscrito no CPF/ME sob nº 369.213.138-08, com endereço profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto nº 71, Itaim Bibi, CEP 04.543-121, como Diretores da Companhia, para exercer a sua administração, na forma do Estatuto Social, servindo a presente como Termo de Posse; e, (iii) alterar o Estatuto Social da Companhia. Por fim, posta em votação, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade de votos dos presentes. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada por todos os presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia que, em seguida, assinaram-na. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Confere com o original lavrado em livro próprio. E, por estarem assim justas e pactuadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito. São Paulo, 03/01/2022. **Presidente: Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio** - **Secretário: Filipe Casellato Scabora. Acionista: BRD Holding S.A. - Diretores: Márcio Issao Fujita; Filipe Casellato Scabora. Consolidação do Estatuto Social de BRD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros -** CNPJ/ME: 14.158.503/0001-02 - NIRE: 35.300.522.338 - **Da Denominação, Objeto, Sede e Prazo - Artigo 1º** - A Companhia **BRD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social: a) a aquisição e securitizações de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; b) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitando os trâmites da legislação aplicável; c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operação de securitização de créditos supracitada; e, d) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos. *§1º* - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos créditos financeiros por seus cedentes originais, desde que feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de créditos financeiros. *§2º* - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: a) gestão e administração dos créditos financeiros supracitados; b) a aquisição e a alienação de títulos representativos de créditos financeiros; c) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão no mercado financeiro e de capitais; d) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização; e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e, f) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. *§3º* - A Companhia não poderá: a)participar do capital de outras sociedades; b) contratar empregados; c) envolver-se em qualquer negócio não expresso neste artigo; d) realizar cisão, fusão ou incorporação ou participar de incorporação de outras sociedades; e) captar recursos financeiros, a qualquer título que não sejam para o fim especifico de adquirir os direitos creditórios e/ou fundear os custos e despesas necessários à manutenção de sua boa ordem fiscal, financeira, societária ou contratual; e, f) emitir partes beneficiárias. *§4º* - Na hipótese de a Companhia vir a emitir qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, ficarão vedados, até o pagamento integral das obrigações representadas por tais títulos ou valores mobiliários emitidos, a prática dos seguintes atos: a) transferência do controle da Companhia; b) redução do capital da Companhia, bem como qualquer processo relativo à sua incorporação, fusão, cisão ou dissolução; e c) cessão dos créditos, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao controlador da Companhia ou a qualquer pessoa a ele ligada, em condições distintas das previstas nos instrumentos de emissão dos respectivos títulos ou valores mobiliários. *§5º* - O disposto no parágrafo quarto acima não se aplica caso haja prévia autorização dos detentores de 50% ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo controlador, sociedade coligada ou submetida a controle comum, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas aplicáveis a assembleias de debenturistas de companhia aberta. *§6º* - Independentemente do contido no parágrafo quinto, a cessão de que trata o parágrafo quarto, alínea "c", poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal dos créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de tais créditos. **Artigo 3º** - A Companhia tem sua sede social e domicílio legal a Rua Jandiatuba, nº 143, conjunto 207, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.716-150. *§ Único* - A Companhia poderá abrir, manter e fechar estabelecimentos filiais, escritórios, depósitos, agências ou outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou do exterior, a critério da Diretoria. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Do Capital Social - Artigo 5º** - O capital social é de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias sem valor nominal. *§1º* - As ações serão nominativas, sem emissão de certificados, e sua titularidade será comprovada pelo respectivo registro lançado no livro próprio da Companhia. *§2º* - A Companhia poderá, mediante autorização da Assembleia Geral, emitir debêntures conversíveis ou não em ações, e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra a Companhia. *§3º* - A Companhia está autorizada, mediante deliberação da Assembleia Geral, a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 20.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais. *§4º* - A Assembleia Geral, mediante deliberação nesse sentido e respeitando o disposto no parágrafo segundo, poderá criar ações preferenciais, inclusive de diferentes classes. **Artigo 6º** - É assegurado aos acionistas, na proporção do número de ações que possuírem no capital social da Companhia, o direito de preferência para subscrição de novas ações, resultantes da emissão para aumento de capital, devendo observar-se eventuais limitações ao exercício desse direito de preempção proporcional. *§1º* - O direito de preferência de que trata o *caput* poderá ser exercido pelo acionista no prazo de 30 dias contados da data em que o acionista for pessoalmente intimado pela Companhia acerca da intenção de elevar-se o capital social da Companhia. *§2º* - A Companhia deverá intimar pessoalmente o acionista acerca da possibilidade do exercício da preempção de que trata o *caput.* **Da Assembleia Geral - Artigo 7º** - À Assembleia Geral compete o exercício das atribuições que lhe são conferidas em Lei e neste Estatuto Social, reunindo-se ordinariamente uma vez ao ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, e sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem. *§ único* - A Assembleia Geral será convocada na forma dos artigos 124 e seguintes da LSA e, independentemente das formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral se instala, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 1/4 do capital social votante, e com qualquer quórum, nas demais convocações. *§ único* - O acionista pode ser representado, na Assembleia Geral, por procurador, mediante procuração específica que será arquivada na sede da Companhia. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral é presidida pelo acionista, administrador ou procurador escolhido dentre os presentes, a esse cabendo a escolha do Secretário. **Artigo 10º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em Lei e neste Estatuto, serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. *§ único* - Dependerão do voto favorável da unanimidade dos acionistas com direito a voto as deliberações que tenham por objeto as seguintes matérias: i. Eleição ou designação de Administradores ou indicação de seus substitutos; ii. Alteração da forma de representação da Companhia; iii. Alteração ou reforma do Estatuto Social; iv. Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; v. Confissão de falência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como a autorização para que os Diretores pratiquem tais atos; e, vi. Dissolução da Companhia ou cessação de seu estado de liquidação. **Da Administração - Artigo 12º** - A Companhia é administrada por uma Diretoria que deverá determinar as diretrizes, a política preconizada para os negócios e avenças operacionais da Companhia e sua execução. *§1º* - A Diretoria será composta por pessoas naturais, residentes no país e com mandato de três anos, permitida a reeleição. *§2º* - Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. *§3º* - Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. *§4º* - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, global ou individualmente, que poderá renunciar desta pelo exercício do cargo. **Da Diretoria - Artigo 13º -** A Diretoria será composta por 2 Diretores, sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitindo-se sucessivas reeleições. *§1º* - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer dos Diretores, a Assembleia Geral poderá indicar um substituto para servir e atuar transitoriamente durante sua ausência ou impedimento, sendo que o substituto exercerá integralmente todas as funções e terá igualmente todos os poderes, prerrogativas, direitos e deveres do substituído. *§2º* - Em caso de morte, incapacidade ou renúncia de um Diretor, a Assembleia Geral poderá designar novo Diretor, fixando o respectivo prazo de gestão, que não excederá o do mandato do substituído. *§3º* - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores poderão ser representados por outro membro da Diretoria designado por meio de autorização específica, por escrito, do Diretor substituído. **Artigo 14º -** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, assegurando seu pleno e regular funcionamento, ficando investida de todos os poderes necessário para a prática de todos e quaisquer atos da Companhia, exceto aqueles que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuídos à Assembleia Geral ou a outro órgão. **Artigo 15º -** Compete aos Diretores: i. coordenar o andamento das atividades usuais e rotineiras da Companhia, incluindo sua administração, bem como a implementação das diretrizes fixadas pelas Assembleias Gerais; ii. supervisionar a execução da política comercial, financeira, técnica, logística, operacional, administrativa e de planejamento da Companhia; iii. aprovar circunstancialmente quaisquer negócios de interesse da Companhia; e, iv. praticar outros atos que lhe venham a ser especificados e delegados expressamente pela Assembleia Geral. **Artigo 16º -** A representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente, bem como perante quaisquer autarquias ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais compete a qualquer Diretor, em conjunto ou isoladamente. *§1º* - As procurações para representar a Companhia com outorga de poderes poderão ser outorgadas pelos Diretores, devendo mencionar expressamente os poderes outorgados e, exceto as Procurações para atuar em juízo, as demais deverão ter período de validade determinado de, no máximo, 01 ano. *§2º* - Observadas disposições contidas neste Estatuto, para vincular a Companhia, será necessária a assinatura: a) de 01 Diretor, assinando isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, para transações de qualquer valor; ou b) de 02 procuradores, assinando em conjunto, neste caso, exclusivamente para transações até o limite de R$ 1.000.000,00. *§3º* - Excepcionalmente para as transações com valor igual ou inferior àqueles indicados no parágrafo segundo, as procurações para representar a Companhia com outorga de poderes específicos poderão ser assinadas apenas por 01 procurador devidamente constituído, isoladamente, desde que mencionem expressa e precisamente a finalidade específica dos poderes outorgados. **Artigo 17º** - Qualquer ato praticado por qualquer um dos sócios, administradores, procuradores, ou empregados que envolvam a Companhia em obrigações relacionadas a aspectos negociais ou transações que não relacionadas aos seus propósitos, tais como fiança, aval ou outras formas de garantia a terceiros, são expressamente proibidos e nulos em relação à Companhia. **Do Conselho Fiscal - Artigo 18º -** O Conselho Fiscal da Companhia, não permanente, somente será instalado quando requerido pelos acionistas, obedecido o disposto no artigo 161 da LSA, e possui as competências e deveres definidos na forma da Lei. **Artigo 19º -** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de três membros, bem como igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, deliberando sempre por maioria. *§ único* - O funcionamento do Conselho Fiscal e os requisitos, impedimentos, remuneração, competência, obrigações, deveres e responsabilidades de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Do Exercício Social, Lucros e Dividendos - Artigo 20º** - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei. **Artigo 21º** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, na forma e dentro dos limites da Lei. *§1º* - Aos lucros líquidos apurados no exercício será dada a seguinte destinação: i. Reserva Legal, no percentual, para os fins e nos limites fixados em Lei; ii. Dividendos obrigatórios aos acionistas, na forma da Lei; e, iii. O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. *§2º* - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, distribuindo-se os resultados na forma deste artigo. *§3º* - A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Da Liquidação da Companhia - Artigo 22º** - A Companhia será liquidada de acordo com os eventos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, se houver, que deverão funcionar e atuar durante todo o período de liquidação. **Das Disposições Finais - Artigo 23º -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões relativas à Companhia, seus acionistas e Diretores. **Artigo 24º -** A Companhia deverá observar eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria se abster de arquivar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral de computar votos contrários aos seus termos. São Paulo (SP), 03/01/2022. **Acionista: BRD Holding S.A. Diretores: Márcio Issao Fujita; Filipe Casellato Scabora.** JUCESP nº 071.157/22-0, em 09/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2DE7-A752-B45A-1905.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2DE7-A752-B45A-1905.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2DE7-A752-B45A-1905 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2DE7-A752-B45A-1905

Hash do Documento

B6E86E8988ABE85C7381A73B3846479CF08ECBAF8DCA23736E545B6A65C75AA8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

CNPJ/MF 61.391.314/0001-57 - NIRE 35300064925

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Acionistas para a A.G.O., dia 14/04/22, às 10 hs, na Rua Azevedo Soares 1101, Capital, com a ordem do dia: 1) Contas e Demonstrações Financeiras de 31/12/21; 2) Destinação do lucro e dividendos; 3) eleição da diretoria; 4) Outros assuntos. (SP 31/03/2022) Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente

---

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1050238-75.2015.8.26.0100** (u 601) A Dra. Juliana Forster Fulfaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Adão Ramiro Vieira e s/m Maria Noêmia Cavalcante Vieira, Tetsuo Shimohirao, Síndico/Administrador do Condomínio Edifício Vila Verde, Espólio de Cristiano de Almeida Castanho e de Maria Doutilha de V. Almeida na pessoa do inventariante Cláudio Garcia Castanho de Almeida, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Antonio Idalino Monteiro ajuizou (aram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Cristiano Castanho de Almeida, n° 101, Saúde, São Paulo-SP, com área de 124,00 m² e contribuinte sob n° 042.135.0083-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [31/3,1/4]

EU MIGUEL DONHA JR., **LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR – 14/256L,** VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE ABRIL 2022 (DO DIA 05.04.2022 AO DIA 26.04.2022)
SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTES LEILÕES .

Leilões de Abril/2022

On-Line	On-Line
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR 05.04.2022 Terça-feira Leilão Início 11h	Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR 12.04.2022 Terça-feira Leilão Início 11h
On-Line	**On-Line**
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR 19.04.2022 Terça-feira Leilão Início 11h	Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR 26.04.2022 Terça-feira Leilão Início 11h
Miguel Donha JR LEILOEIRO OFICIAL JECEPAR 14/256L	Fale conosco www.donhaleiloes.com

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0031542-95.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação Getulio Vargas. Executado: Thiago Lima Nascimento. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0031542-95.2021.8.26.0100. A Dra. Tamara Hochgreb Matos, Juíza de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Thiago Lima Nascimento (CPF. 324.118.428-56), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação Getúlio Vargas, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 16.018,84 (julho de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022. 01 e 02 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1041923-85.2020.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Longobardi Campana, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDUARDO JOSE DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 134.515.068-74, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., para cobrança de R$ 8.169,30 (08/2020), relativo aos danos causados em automóvel segurado da autora, conforme descrito na inicial. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor, incluindo custas e honorários, podendo pagar o restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1004740-19.2016.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: HSBC BanK Brasil S/A - Banco Múltiplo. Executado: Padaria Boulevar Moema Ltda Epp e outros. Edital de Citação. Prazo 30 dias. Processo n° 1004740-19.2016.8.26.0100. O Dr. Vítor Gambassi Pereira, Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Padaria Boulevar Moema Ltda EPP (CNPJ. 04.583.659/0001-79), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 202.366,73 (outubro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças n° 0405-07529-48. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022. 01 e 02 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 0219085-61.2009.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE EDISON VERIDIANO DA SILVA, Falecido, era brasileiro, Casado, Conferente, CPF 193.437.078-94 (na pessoa de seus herdeiros Braian Edson ou João Vítor, de qualificações ignoradas), que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU, objetivando a Rescisão de Contrato cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Rua Dois (Rua Vitória, altura da Rua Tibúrcio de Sousa nº 3200) NR:60, C:02, Q:02, L:01, B:04, E:A, AP:12A, Itaim Paulista, Conjunto Habitacional SP (S. Miguel Paulista Q2), São Paulo ? SP, alegando que os réus descumpriram o contrato entabulado entre as partes, caracterizando inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. À causa foi atribuído o valor de R$ 26.156,27 (Fev//2010) Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1042066-47.2015.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALFREDO DO CARMO LOPES, LUCINDA LOPES THOMAZ, JOAQUIM THOMAZ, LIBANIA ROSA LOPES SOARES, AMERICO SOARES, JOSE MARIA LOPES, IRACEMA DIAS LOPES, ADELAIDE TOZZI LOPES, CARLOS ROBERTO LOPES, MARIA LUZINETE DE ARUJO LOPES, MARIA AMERICA LOPES, ESPÓLIO DE ABEL LOPES, THEREZA MARQUES DUARTE LOPES, ENIS ROSSI PAGOTTO, CECILIA RIEDO CORREA PAGOTTO, GUSTAVO CORREA PAGOTTO, DANIELLE CRISTINA MARQUES PAGOTTO, ARTUR AVELINO MACHADO, LILIANE APARECIDA BATISTA LICO MACHADO, JOSÉ MARTINS, MARIA MADALENA CHALITA, PAULO CHALITA, SARA PIRES BARTOLOMEU, ANIBAL BARTOLOMEU, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marcos Lopes, Espólio deAbel Lopes Filho e Thamirez Lutaif Lopes ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Dr. Afonso Vergueiro, 760, Vila Maria, São Paulo/SP, CEP: 02116-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [31/3,1/4]

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo n° 0062209-79.2012.8.26.100 - C. 2205 0(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13 Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Antonio Carrer, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Adelino Transportes Ltda. ME, CNPJ 05.334.604/0001-98, com endereço à Rodovia BR 101, KM 334, Humaitá, CEP 88704-800, Tubarao - SC e Michel Medeiros de Jesus - ME, CNPJ 10.929.442/0001-70, com endereço à Rodovia BR 101 , Km 337, 1199, CEP 88704-800, Tubarao - SC, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Daycoval S/A, alegando em síntese: o recebimento de R$ 172.072,08 (set/2012), referente a Cédula de Crédito firmada entre as partes em dez/2011, n° 6946. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, expede-se edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais e corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertido de que no caso será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de novembro de 2021.

GRUPO SBF

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/ME n° 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 29 de março de 2022. Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial pela Instrução da CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("Instrução CVM 481"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 29 de abril 2022, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando a retificação de determinado saldos e valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para atualizar o seu capital social, refletindo no mesmo os aumentos de capital que foram aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais**: **(I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia*, a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Instrução CVM 481. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 22 de abril de 2022, conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=04D5DBEADA19, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 27 de abril de 2022),** não poderão participar da **AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da Plataforma somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O *link* e senha recebidos serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h00 do dia 28 de abril de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 28 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais**: **III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 27 de abril de 2022, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 98546-6336 ou via e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE
INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E GESTÃO FISCAL

CAIANDA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.038.763/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: A Administração da Caianda Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo/Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	96	74
Impostos a recuperar	1	1
	97	75
Total do ativo	**97**	**75**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contas a pagar	32	27
Obrigações fiscais	2	1
	34	28
Total do passivo	34	28
Patrimônio líquido		
Capital social	1.130	1.103
Reserva de capital	609	536
Prejuízos acumulados	(1.676)	(1.592)
	63	47
Total do passivo e patrimônio líquido	**97**	**75**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.103	436	(1.511)	28
Integralização de capital e reservas	–	100	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(81)	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.103	536	(1.592)	47
Integralização de reservas de capital	27	73	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(84)	(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.130	609	(1.676)	63

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2021	**31/12/2020**
Despesas Gerais e administrativas	(84)	(81)
Prejuízo do exercício	(84)	(81)
Quantidade de ações (média ponderada) - ON	726.568	686.869
Quantidade de ações (média ponderada) - PN	1.452.651	1.373.254
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - ON	(0,03835)	(0,03922)
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - PN	(0,03835)	(0,03922)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2021	**31/12/2020**
Prejuízo do exercício	(84)	(81)
Resultado abrangente do exercício	(84)	(81)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2021	**31/12/2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(84)	(81)
Variação no capital circulante		
Despesas antecipadas	-	5
Contas a pagar aos fornecedores	5	7
Obrigações fiscais	1	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(78)	(68)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização reserva de capital	100	–
Integralização de capital	–	100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100	100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	22	32
Caixa e equivalentes no início do exercício	74	42
Caixa e equivalentes no final do exercício	96	74

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Insumos adquiridos de terceiros	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(64)	(61)
Valor distribuído líquido	(64)	(61)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições federais	20	20
Prejuízo do exercício	(84)	(81)
	(64)	(61)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A Caianda Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior. A Companhia atualmente está com suas atividades paralisadas e, portanto, não vem gerando receitas operacionais. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. A Caianda é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Caianda cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2022. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS1) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis, aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de real. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em milhares de real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes o processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. **(d) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **(e) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bancos	96	74
	96	**74**

5. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades e, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações financeiras e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R$ 32 (31 de dezembro de 2020 - R$ 27). **6. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2021, foi aprovado o aporte, por subscrição privada, no montante de R$ 270 com a emissão de 270.000 ações, sendo 90.000 ações ordinárias e 180.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social e o valor de R$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital. Foi destinado o valor de R$243 para a conta de reserva de capital e R$27 para o aumento do capital social da Companhia. O valor total será integralizado conforme necessidade. O capital social da Companhia passou para o valor de R$1.130, representado por 776.869 ações ordinárias e 1.553.254 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$1.130, representado por 776.869 ações ordinárias (686.869 ações em 31 de dezembro de 2020) e 1.553.254 ações preferenciais Classe B (1.373.254 ações em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais de Classe B serão resgatáveis, não terão direitos de voto e terá prioridade no recebimento de um dividendo mínimo correspondente a R$0,01 (um centavo) por ação, aplicáveis somente se a Companhia tiver lucro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$500.000, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão. **(b) Reserva legal:** A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude de a Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado a essa reserva. **(c) Dividendos:** Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social. **7. Despesas por natureza:** Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Publicações	31	31
Auditoria e consultoria	33	30
Taxas e tributos	20	20
Total de despesas	84	81

8. Provisões e passivos contingentes: A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou tributária, que devessem estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. **9. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$1.312 (R$1.228 em 31 de dezembro de 2020). Em função das incertezas quanto à realização dos créditos decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, além do histórico de prejuízos fiscais, a Companhia não registrou os impostos diferidos em seu balanço patrimonial. **10. Gestão de riscos: (a) Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía depósitos financeiros, ou seja, saldos em conta corrente em instituição financeira nacional de primeira linha cuja exposição a eventual risco de crédito é mínima. **(c) Risco de mercado acionário:** A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores. **(d) Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia não cumpra as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. **(e) Risco de taxa de juros:** O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição. **11. Outras informações: (a) Benefícios pós-emprego:** A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração. **(b) Transações entre partes relacionadas:** A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

A Diretoria

Valdo Mandú Gomes - Contador - CRC 1SP218432/O-5

DECLARAÇÃO DO DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Eu, **Denilson Ishikawa,** declaro que: **1.** Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; **2.** Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Caianda Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022

Denilson Ishikawa

Diretor Vice-Presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, **Danilo Gamboa,** declaro que: **1.** Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; **2.** Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Caianda Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022

Danilo Gamboa

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente/DRI e o Diretor Vice-Presidente da Caianda Participações S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.038.763/0001-82, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 31 de março de 2022

Danilo Gamboa - Diretor Presidente/DRI

Denilson Ishikawa - Diretor Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Caianda Participações S.A..** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Caianda Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caianda Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia está sem operação e não vem gerando receitas decorrentes de suas atividades. Dessa forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos:** ***Demonstração do valor adicionado:*** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F624-1D7C-B439-C17A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F624-1D7C-B439-C17A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F624-1D7C-B439-C17A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F624-1D7C-B439-C17A

Hash do Documento

A9C00690928C1063D00E0324C93190FFBC9828A27E886C08736D85B031FA570F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

MOGI TABOÃO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A. | CNPJ nº 12.237.204/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E DE 2019 - Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/20, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Durante o exercício de 2020, a Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. concentrou seus esforços na administração do imóvel industrial e logístico de sua propriedade.

Balanços patrimoniais

A T I V O	Nota	2020	2019
Circulante		**205**	**32**
Caixa e equivalentes de caixa	4	39	8
Contas a receber	5	121	-
Adiantamento a fornecedores		4	-
Tributos a recuperar		25	10
Despesas antecipadas		16	14
Não circulante		**25.781**	**27.004**
Transações com partes relacionadas	6	66	66
Propriedades para investimento	7	25.715	26.938
Total do ativo		**25.986**	**27.036**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		**19.762**	**2.496**
Empréstimo	8	19.590	-
Fornecedores	9	83	125
Obrigações tributárias	10	89	63
Outras contas a pagar		-	-
Antecipação de aluguel	12	-	2.308
Não circulante		**1.392**	**17.559**
Antecipação de aluguel	12	-	16.167
Adiantamento de clientes	11	1.392	1.392
Patrimônio líquido	**13**	**4.832**	**6.981**
Capital social integralizado		15.747	8.804
Prejuízos acumulados		(10.915)	(1.823)
Total do passivo e patrimônio líquido		**25.986**	**27.036**

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado	Nota	2020	2019
Receita líquida	**15**	**2.167**	**2.161**
Custo dos serviços prestados	**16**	**(1.146)**	**(1.119)**
Lucro bruto		**1.021**	**1.042**
Receitas (despesas) financeiras			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.962)	(1.282)
Impostos e taxas		(14)	(11)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	(7.946)	347
Lucro antes do resultado financeiro		**(8.901)**	**96**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	1	12
Despesas financeiras	18	(192)	(34)
		(191)	**(22)**
Lucro/(prejuízo) antes do IR e da CS		**(9.092)**	**74**
Imposto de renda e contribuição social	**19**	**-**	**(12)**
Resultado do exercício		**(9.092)**	**62**
Média ponderada de ações		10.017	8.020
Resultado por ação - R$		(0,9076)	0,0077

Demonstrações do resultado abrangente	2020	2019
Resultado dos exercícios	**(9.092)**	**62**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total dos exercícios	**(9.092)**	**62**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social Subs-crito	Capital social A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/18		**15.600**	**(3.874)**	**(1.885)**	**9.841**
Redução de capital		(7.408)	-	-	(7.408)
Aumento de capital		5.000	(514)	-	4.486
Lucro do exercício		-	-	62	62
Saldos em 31/12/19		**13.192**	**(4.388)**	**(1.823)**	**6.981**
Aumento de capital	13	30.000	(30.000)	-	-
Integralização de capital		-	6.943	-	6.943
Prejuízo do exercício		-	-	(9.092)	(9.092)
Saldos em 31/12/20		**43.192**	**(27.445)**	**(10.915)**	**4.832**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Resultado do exercício	(9.092)	62
Ajustes em:		
Depreciação	1.263	1.235
Antecipação de aluguel	(18.475)	(2.308)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(121)	-
Adiantamentos a fornecedores	(4)	(4)
Tributos a recuperar	(15)	(9)
Despesas antecipadas	(2)	-
Obrigações tributárias	26	(21)
Fornecedores	(42)	115
Outras contas a pagar	-	(424)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(26.462)**	**(1.354)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(60)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(26.462)**	**(1.414)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	-	3.534
Propriedade para investimento	(40)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(40)**	**3.534**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos Empréstimos	19.590	-
Aumento de capital	6.943	4.486
Redução de capital	-	(7.408)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**26.533**	**(2.922)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**31**	**(802)**
No início dos exercícios	8	810
No fim dos exercícios	39	8
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**31**	**(802)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 9/6/10 sob a denominação de Real Estate VII Investimentos Imobiliários e Participações S.A. e, em 20/4/11, teve a sua razão social alterada para a atual. A Companhia, com sede em São Paulo/SP, tem como objeto social a participação em outras sociedades, a realização de investimentos no setor imobiliário e a administração de bens próprios. O fundo Pátria Real Estate II Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações é o seu maior acionista, detendo 99,99% das ações. A operação da Companhia consiste em desenvolver um empreendimento no sistema "built-to-suit" de acordo com as especificações demandadas pelos clientes. A Companhia é proprietária de um imóvel comercial situado na Estrada de Rodagem de Itaquaquecetuba, glebas nº 11-B e nº 12, Taboão, Mogi das Cruzes/SP. A companhia firmou no exercício de 2020 um novo contrato de locação do imóvel detido com um prazo de 15 anos, desta forma, mesmo apresentando capital circulante líquido negativo em R$ 19.558, cujo saldo é composto substancialmente por empréstimo de curto prazo firmado junto a uma instituição financeira (vide nota 8), a administração da Companhia avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, uma vez que o compromisso de pagamento do empréstimo firmado ocorreu com o aporte de acionistas, conforme descrito na nota 24. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional **1.1.** Coronavírus (COVID-19): A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 é uma emergência de saúde global e passou a tratar a doença como uma pandemia, sendo necessário tomada de decisões significativas de governos e entidades do setor privado. Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/nº 02/2020, quanto aos impactos advindos da epidemia COVID-19, a Administração da Companhia, tomou os cuidados recomendados nos protocolos de funcionamento de suas atividades, além de todas as outras medidas de acordo com as autoridades de saúde e saneamento. A Administração da Companhia, em função da pandemia provocada pela COVID-19, continua avaliando os potenciais impactos em sua posição patrimonial, financeira e de suas operações e não identificou efeitos desfavoráveis, dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o curso normal dos negócios. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 14/1/22. **a.** Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo; • as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo; • os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo; **b.** Moeda funcional e moeda de apresentação: A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c.** Uso de estimativas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: Nota 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **d.** Mensuração do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a.** Apuração do resultado do exercício: A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos bens ao cliente. As despesas e receitas são apresentadas seguindo o regime da competência. **b.** Caixa e equivalentes de caixa: São depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c.** Ativos circulante e não circulante: São registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **d.** Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. **e.** Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f.** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **g.** Propriedades para investimento: Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de Mogi das Cruzes, que é mantido para rendimento mediante locações de espaços temporários e para valorização. O imóvel não é ocupado pela Companhia. A Companhia revisou suas expectativas e declara com base na avaliação da consultoria contratada para marcação a mercado dos imóveis e a estratégia dos benefícios econômicos esperados na geração dos seus fluxos de caixas por meio de suas propriedades geradoras de caixa, a determinação da vida útil de 25 anos em linha com a estratégia dos seus negócios e de seus controladores. Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **h.** Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar "impairment" ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 a Companhia realizou o teste de impairment e não identificou valores justos inferiores aos valores em uso de suas propriedades para investimentos, dessa forma, nenhuma provisão para desvalorização foi constituída. **i.** Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(i)** Reconhecimento e mensuração inicial: Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i)** Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii)** Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii)** Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente **j.** Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **k.** Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **l.** Despesas antecipadas: As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo no momento do desembolso financeiro, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento no resultado, a medida em que os benefícios ou prestação dos serviços forem usufruídos. **m.** CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia efetuou a avaliação e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras, pois não há operações significativas vinculadas a contratos de arrendamentos. n. Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1/1/20. **Data efetiva:** 1/1/20 - **Novas normas ou alterações:** • Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15); • Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26 e CPC 23); • Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40). **Data efetiva:** 1/6/20 - **Novas normas ou alterações:** • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06 R2). A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31/12/20.

4. Caixas e equivalentes:	2020	2019
Banco Itaú S.A.	39	8
	39	**8**

Composto por conta corrente atrelado a aplicação automática no Banco Itaú S.A., com saldo de R$ 39 em 2020 (R$ 8 em 2019). As operações de aplicação financeira automática são efetuadas com vencimento em D+1 com taxas que variam entre 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber:	2020	2019
Contas a receber de locação	121	-
Total	**121**	**-**

Composto pela apropriação da parcela de aluguel de dezembro de 2020 do imóvel situado no município de Mogi das Cruzes no qual não há saldos vencidos.

6. Partes relacionadas:	2020	2019
Transações com partes relacionadas (a)	66	66
Total	**66**	**66**

(a) Valores referentes à Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a serem liquidados quando da formalização do contrato de mútuo junto à Real Estate V Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

7. Propriedades para investimento:

2020	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Terreno		4.667	-	-	4.667
Edificações	4%	22.271	40	(1.263)	21.048
Total		**26.938**	**40**	**(1.263)**	**25.715**

2019	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Depreciação	Saldo final
Terreno		4.667	-	4.667
Edificações	4%	23.506	(1.235)	22.271
Total		**28.173**	**(1.235)**	**26.938**

Refere-se a imóvel situado na Estrada de Rodagem de Itaquaquecetuba, glebas nº 11-B e nº 12, Taboão, Mogi das Cruzes/SP. A Companhia contrata consultoria especializada para avaliação e apuração do valor justo de suas propriedades a fim de identificar a necessidade ou não de ajustes ao seu valor recuperável. Em 2020, o valor justo apurado pela consultoria especializada foi de R$ 27.070 (R$ 41.100 em 2019), apesar da desvalorização do valor justo entre os períodos, ocasionada principalmente pelos impactos negativos da pandemia de COVID-19, nenhuma provisão para impairment foi registrada pelo fato do valor justo ainda ser superior ao valor contábil das propriedades da Companhia. O valor justo foi calculado utilizando-se o valor de R$ 484,68/m² de terreno, sendo a metodologia aplicada na avaliação o método conhecido como "Comparativo de dados de Mercado". Esse valor foi calculado utilizando-se de uma taxa de capitalização ("cap rate") de 8,5% ao ano (8,5% 2019), uma taxa de desconto de 10% ao ano (9,5% 2019) e um período de desconto de 10 (dez) anos. **8. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	2020	2019
Empréstimo bancário sem garantia	19.590	-
Total de empréstimos	19.590	-
Circulante	19.590	-
Não circulante	-	-
	19.590	**-**

	Saldo inicial	Ingressos	Juros	Saldo final
Empréstimo bancário sem garantia	-	19.500	90	19.590
Total	**-**	**19.500**	**90**	**19.590**

(b) Em 6/1/20, a companhia captou junto ao Banco Itaú uma carta de crédito bancário ("CCB") no montante de R$ 19.500, com a taxa de juros 100% do CDI mais uma taxa de fixa de 2,8% ao ano, com parcela única, com data de vencimento em 4/2/21.

9. Fornecedores:	2020	2019
Fornecedores nacionais	83	125
Total	**83**	**125**

10. Obrigações tributárias:	2020	2019
Imposto de renda a recolher	-	8
Contribuição social a recolher	-	4
INSS terceiros a recolher	45	25
Outros	44	26
Total	**89**	**63**

11. Adiantamento de clientes:	2020	2019
Gerdau Aços Longos S.A.	1.392	1.392
Total	**1.392**	**1.392**

Adiantamento realizado pelo cliente Gerdau para custear as reformas do imóvel mediante a rescisão do contrato de locação que serão empenhados na readequação do imóvel após rescisão contratual. Não há correção monetária dos valores envolvidos e a expectativa de realização destes montantes é superior à 12 meses.

12. Antecipação de aluguel:	2020	2019
Antecipação de aluguel	-	18.475
Total	**-**	**18.475**
Circulante	-	2.308
Não Circulante	-	16.167

Refere-se ao diferimento do recebimento antecipado do contrato de locação, vinculado a cédulas crédito imobiliário celebrado em 4/7/12, no montante de R$ 34.291, com vencimento em janeiro/2028 com a Pátria Companhia Securitizadora de Crédito Imobiliário, empresa do Grupo Pátria Investimentos Ltda., gestor do Pátria Real Estate II Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações, controlador da Companhia. Os créditos possuem como lastro os recebíveis de aluguel da propriedade para investimento, sendo o valor apropriado ao resultado pelo prazo decorrido da locação do imóvel. Tendo em vista a saída do antigo locatário do imóvel e o consequente encerramento do contrato, a antecipação foi apropriada em sua totalidade. **13. Patrimônio líquido: a)** Capital social: Em 31/12/20 o capital social subscrito é de R$ 43.192 (R$ 13.192 em 2019) representado por 43.192.500 ações ordinárias, sendo R$ 15.747 integralizados e R$ 27.445 a integralizar. Ao longo do exercício de 2020, os acionistas subscreveram capital no montante de R$ 30.000 representado por 30.000.000 ações ordinárias. Até 31/12/20 houve integralização de capital no montante de R$ 6.943. **b)** Reserva de Lucros: **(i)** Reserva Legal: É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2020 e 2019 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c)** Dividendos distribuídos: O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia apurou lucro no exercício findo em 31/12/19, porém, não sendo suficiente para compensar o prejuízo acumulado, em razão disto não houve movimentação nas contas de distribuição e reserva legal, em 31/12/20 a companhia não apurou lucro. **d)** Aumento de Capital: Conforme AGE realizada em 23/12/20, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, passando de R$ 13.192 para R$ 43.192 totalizando um aumento de R$ 30.000. **14. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuíveis aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	2020	2019
Prejuízo atribuível aos acionistas	(9.092)	62
Número de ações ordinárias	10.017	8.020
Resultado por ação	**(0,9076)**	**0,0077**

15. Receita líquida: Referem-se à apropriação das receitas (nota 12), provenientes do recebimento antecipado dos alugueis. A realização é feita no prazo de vigência do contrato de locação.

	2020	2019
Receita de locação	2.388	2.381
Tributos sobre a receita	(221)	(220)
Receita líquida	**2.167**	**2.161**

16. Custos:	2020	2019
Depreciação	(1.263)	(1.235)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	117	116
Total dos custos	**(1.146)**	**(1.119)**

17. Despesas gerais e administrativas:	2020	2019
Água e esgoto	(66)	(44)
Serviços advocatícios	(200)	(85)
Outros serviços profissionais	(25)	(8)
Serviços de contabilidade	(76)	(73)
Segurança e vigilância	(651)	(715)
Consultoria	(228)	(117)
Utilidades e serviços	(577)	(67)
Publicidade	(25)	(8)
Auditoria	(13)	(61)
Outras despesas	(72)	(104)
Outras receitas e despesas (a)	(7.975)	347
Total das despesas	**(9.908)**	**(935)**

(a) Em 29/4/11 a Companhia firmou contrato de locação de sua propriedade para investimentos junto à Gerdau Ações Longos S.A. ("Gerdau") pelo período de 15 anos. Em 4/7/12, a Companhia para viabilização da construção do imóvel locado, antecipou os recebíveis do contrato de aluguel de sua propriedade para investimentos junto à Patria Companhia Securitizadora ("Pátria") no montante de R$ 34.291, com vencimento em janeiro/2028, atualização monetária anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e juros remuneratórios de 6% ao ano. Os créditos possuíam como lastro os recebíveis de aluguel da propriedade para investimento, sendo o valor apropriado ao resultado pelo prazo decorrido da locação do imóvel, ao longo de 15 anos. Em 26/1/18, a Gerdau Aços Longos ("Gerdau") comunicou à Companhia que rescindiria o contrato de locação. A rescisão unilateral implicou no pagamento de multa contratual por parte da Gerdau e a empresa teve que desocupar o imóvel por completo até o dia 16/5/18. O valor da multa de rescisão foi destinado aos detentores das células de crédito imobiliário cedidas para a Pátria Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários. Conforme termo de quitação das obrigações garantidas e liberações e cancelamento de alienação fiduciária de bens imóveis e garantia, a Companhia exerceu o direito de recompra voluntária dos créditos imobiliários oriundos do "Instrumento Particular de Locação de Imóvel Não Residencial sob Condição Suspensiva e Outras Avenças", arcando com o Valor da Recompra Voluntária, em 25/11/20, de acordo com as cláusulas 5.5 e 5.6 do Contrato de Cessão e Transferência de Cédulas de Crédito Imobiliário e Outras Avenças celebrado em 4/7/12. O valor pago pela Companhia no montante de R$ 7.975, como cedente dos créditos imobiliários (alugueres), com relação à recompra voluntária dos créditos imobiliários objetiva compensar a Pátria, na forma do artigo nº 404 do Código Civil (perdas e danos), tal compensação, foi registrada na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas" nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31/12/20. **18. Resultado financeiro:**

Receitas financeiras	2020	2019
Rendimento sobre aplicação financeira	-	11
Descontos obtidos	1	1
Total Receitas financeiras	**1**	**12**
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(80)	-
Multa e juros pagos	(110)	(32)
IOF	(2)	(2)
Total Despesas financeiras	**(192)**	**(34)**
Resultado Financeiro Líquido	**(191)**	**(22)**

19. Imposto de renda e contribuição social:	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(9.092)**	**74**
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	(23)
(=) Base de cálculo	**(9.092)**	**51**
Cálculo do imposto		
Alíquota IRPJ - 15%	-	(8)
Alíquota CSLL - 9%	-	(4)
Total de despesa com IR e CS	**-**	**(12)**
Prejuízo fiscal	**(9.092)**	**-**
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	-
Crédito fiscal não reconhecido	**(3.091)**	**-**

20. Instrumentos financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: Custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2020 e 2019 são os seguintes:

Ativos Financeiros	2020	2019	Classificação de acordo com o CPC 48
Caixa e Equivalentes de caixa	39	8	Custo amortizado
Contas a receber	121	-	Custo amortizado
Passivos Financeiros			
Fornecedores	84	125	Custo amortizado
Empréstimo	19.590	-	Custo amortizado

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii)** Valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **21. Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **(i)** Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços no mercado imobiliário - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(ii)** Risco cambial e taxas de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. Em 31/12/2020 e 2019, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Ativos financeiros	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	39	8
Ativos financeiros	**39**	**8**
Empréstimos	19.590	-
Passivos financeiros	**19.590**	

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra o eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Instrumento	Indexador	Data-base	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	31/12/2020	39	1	1	-	1	1
Aplicações financeiras	CDI	31/12/2019	8	-	-	-	1	1

Conforme nota 24, a companhia manteve um instrumento financeiro de dívida exposta a taxa de juros 100% do CDI, acrescida com a taxa fixa de 2,8% ao ano, com parcela única, sendo liquidada em janeiro/2021. **(iii)** Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da Companhia, uma vez que as aplicações financeiras são mantidas em instituições de rating A ou melhor. Já as contas a receber da Companhia refere-se a aluguel, cujo a contraparte encontra-se junto a Companhia, além do mais não foi identificado quaisquer indícios de perda nesses recebíveis. **(iv)** Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. É notório que até a entrada de operação dos empreendimentos no sistema BTS "Built-To-Suit" de acordo com especificações demandadas pelos eventuais clientes para quem os imóveis posteriormente serão locados, a Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. **22. Contingências:** Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (pólo passivo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo. **23. Seguros:** Em 31/12/20 a Companhia possui cobertura de seguros patrimonial com vigência até 30/6/21. **24. Eventos subsequentes:** Em 14/1/21, a Companhia liquidou junto ao Banco Itaú os recursos tomados mediante emissão de CCB pelo Banco, no montante de R$ 19.500, com a taxa de juros 100% do CDI composto com a taxa de fixa de 2,8% ao ano em parcela única.

A Diretoria

Erika Suzuki - Contador CRC 1SP 247.802/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À administradora da Mogi **Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A.** São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/20 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mogi Taboão Investimentos Imobiliários e Participações S.A. em 31/12/20, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/19 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 18/6/21, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de janeiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi - Contador CRC 1SP-259915/O-0

Motoristas de São Paulo devem renovar Carteira Nacional de Habilitação até abril

Condutores de veículos do estado de São Paulo que tiveram a habilitação vencida entre os meses de novembro e dezembro de 2020 e ainda não renovaram o documento devem regularizar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) até o dia 30 de abril. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Detran) de São Paulo, mais de 184 mil condutores estão nessa situação.

A renovação pode ser feita de forma digital para aqueles que ainda não regularizaram o documento. Para isso, basta entrar no portal do Detran.SP, Poupatempo ou instalar o aplicativo do Poupatempo digital. Para realizar o serviço, a pessoa não pode ter nenhum bloqueio no prontuário como suspensão ou cassação do documento.

Se a pessoa optar por fazer o processo de forma presencial, deve ser feito agendamento no portal do Poupatempo.

Já os motoristas que não regularizaram a CNH vencida nos meses de setembro e outubro de 2020 tem só até hoje (31) para ficar em dia com o documento.

Se o motorista não renovar o documento em prazo correto e for pego em uma fiscalização, ele pode perder pontos na carteira e pagar multa. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dirigir com a CNH vencida é uma infração gravíssima, sujeita a multa de R$ 293,47 e sete pontos na carteira.

Exame toxicológico

O motorista que precisa renovar sua CNH e que pertence às categorias C, D ou E precisará marcar um exame toxicológico. Desde o dia 1º de janeiro de 2022, o exame voltou a ser obrigatório no Brasil.

Um estudo feito pela Associação Brasileira de Toxicologia (ABTox), junto aos departamentos de Trânsito (Detrans) do país, apontou que 848 mil condutores das categorias C, D e E ainda não haviam feito o exame toxicológico obrigatório até dezembro do ano passado. Além disso, aponta o estudo, cerca de 2,2 milhões de motoristas profissionais não realizaram o exame para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Para a Associação Brasileira de Caminhoneiros (ABCAM) e a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, o que explica o alto número de motoristas que ainda não fizeram o exame toxicológico é a falta de conhecimento dos motoristas sobre a obrigatoriedade e a periodicidade do exame.

Quem conduz um veículo que exija habilitação nas categorias C, D ou E sem realizar o exame toxicológico comete uma infração gravíssima e está sujeito ao pagamento de uma multa de R$ 1.467,35, além da suspensão do direito de dirigir por três meses.

Para Renato Borges Dias, presidente da ABTox, quando o exame toxicológico é feito com periodicidade, o uso de drogas por motoristas diminui. "Desde que o exame toxicológico passou a ser exigido, em março de 2016, pelo menos 67.458 condutores das categorias C, D e E testaram positivo e, depois de pelo menos 90 dias, testaram negativo no mesmo laboratório", disse.

A estimativa foi baseada nos resultados de quatro laboratórios que representam mais de 70% do total de exames realizados no país desde 2016. Segundo a estimativa, mais de 212 mil exames toxicológicos feitos entre 2016 e fevereiro de 2022 deram positivo.

O SOS Estradas também fez um levantamento que apontou que, desde que entrou em vigor a obrigatoriedade do exame toxicológico de larga janela para condutores das categorias C, D e E, em 2016, houve uma redução de 3,6 milhões de motoristas profissionais no mercado. Segundo o levantamento, os dados indicam que a maioria desses condutores não renovaram sua CNH porque temiam o resultado positivo do exame toxicológico.

"Como o exame toxicológico é obrigatório para quem pretende continuar conduzindo veículos das categorias C, D e E, o que, para muitos, significa seu sustento, isso explicaria o resultado impressionante de abstenção de uso de drogas desses usuários. É importante destacar que o exame toxicológico de larga janela detecta o uso de drogas nos últimos 90 dias", disse Rodolfo Rizzotto, coordenador do SOS Estradas.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E5CC-FAF3-4F81-0CCE.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E5CC-FAF3-4F81-0CCE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E5CC-FAF3-4F81-0CCE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E5CC-FAF3-4F81-0CCE

Hash do Documento

68A784241F002114D86EE1E8059B2D73A2C271475AC250258DA451D31BCA8529

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

PIB do Paraná cresce 3,3% em 2021, maior avanço desde 2014

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu 3,3% no ano passado, o maior aumento da economia paranaense desde 2014. O avanço consolida a retomada econômica do Estado após os impactos da pandemia de Covid-19 e é resultado principalmente da recuperação da indústria – em especial da construção civil e setor automotivo – e dos serviços. Os dados foram divulgados na quinta-feira (31) pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

O PIB do Paraná, de R$ 579,3 bilhões, equivaleu a 6,67% do PIB brasileiro no período. A ampliação de 8,52% no valor adicionado da indústria e de 2,28% no de serviços foram determinantes para o bom resultado no ano. A estiagem prolongada, que provocou quebras nas safras de soja, milho e cana-de-açúcar, combinadas à diminuição no processamento de carne bovina, provocaram retração de -9,53% na agropecuária. A arrecadação de impostos apresentou variação de 8,16%.

“O crescimento do PIB demonstra os bons resultados alcançados pelo Paraná nos diferentes setores ao longo do ano passado. Mesmo enfrentando a pior pandemia do último século e a maior estiagem em 90 anos, a economia paranaense continua forte e robusta e está em plena recuperação”, afirma o governador Carlos Massa Ratinho Junior. “Fechamos o ano passado com a maior geração de empregos em 18 anos, com mais de 172 mil vagas abertas, e agora com o maior avanço no PIB em quase uma década”.

O diretor-presidente do Ipardes, Daniel Nojima, explica que a recuperação do Estado iniciou já no último trimestre de 2020 e foi constante ao longo do primeiro semestre do ano passado. No ano anterior, o PIB paranaense fechou em queda de -1,84%, com o impacto da pandemia em todos os setores, além das consequências da estiagem já naquele período.

Ao longo de 2021, os diferentes ramos que compõem a indústria da transformação expandiram de forma disseminada, com destaque para a indústria automotiva e fabricação de máquinas e equipamentos. Também contribuiu para o resultado do setor industrial o bom desempenho da construção civil. O resultado positivo dos serviços levou em conta a recuperação das atividades de seus segmentos, que estavam entre os mais afetados pela pandemia.

“O PIB paranaense avançou no ano passado mesmo com as adversidades. Além da Covid-19, inflação e alta de juros, o clima afetou muito a produção de energia e da agricultura, que tem um peso grande na economia do Estado”, explica Nojima. “Houve aumento também no número de empregos, ajudando na recuperação de parte do setor de serviços”.

No último trimestre do ano, o PIB apresentou estabilidade em relação ao período correspondente do ano anterior, com variação de 0,01% e valor acumulado de 3,3%. Dentre as atividades que compõem o valor adicionado (que corresponde ao PIB subtraído de impostos), houve expansão de 0,98% na indústria e retrações de -8,05% na agropecuária e de -0,57% no setor de serviços.

Na comparação com o trimestre anterior, o PIB registrou contração de -0,41%, influenciado por contrações de serviços (-1,15%) indústria (-0,72%). Segundo a análise do Ipardes, o crescimento da indústria dependeu da expansão da construção civil, que mais que compensou as variações negativas na indústria de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública, como a geração de eletricidade.

O declínio da agropecuária foi resultado de reduções nos volumes produzidos de cana-de-açúcar e de carne bovina. No setor de serviços, foi observada queda acentuada no varejo, o que provocou a retração do comércio no quarto trimestre.

“O setor de serviços vinha se recuperando por conta do aumento no número de empregos. Mas a inflação em alta desde o terceiro trimestre, com aumento no preço dos combustíveis e dos alimentos, reduziu poder de compra do cidadão e trouxe consequências ao desempenho do comércio, o que fez com que o setor crescesse em um ritmo mais lento no ano”, explica Nojima.

No quarto trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto do Paraná totalizou R$ 132,84 bilhões, sendo R$ 113,53 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R$ 19,3 bilhões aos impostos. (Agencia Brasil)

Covid-19: Brasil tem 29,9 milhões de casos e 659,7 mil mortes

O total de casos de covid-19 no Brasil desde o início da pandemia atingiu 29.947.895. Em 24 horas, foram confirmados 31.561 diagnósticos positivos da doença. Na quarta-feira (30), o total de casos acumulados contabilizados pelas secretarias e pelo Ministério da Saúde estava em 29.916.334.

O número de pacientes em acompanhamento está em 569.558. O termo é dado para designar casos notificados nos últimos 14 dias que não tiveram alta nem evoluíram para morte.

A quantidade de vidas perdidas para o coronavírus chegou a 659.757. Entre quarta-feira e quinta-feira (31), foram registrados 253 óbitos. Na atualização anterior, o sistema de dados totalizava 659.504 mortes ao longo da pandemia.

Há ainda 3.098 óbitos em investigação - casos em que o paciente faleceu, mas a investigação da causa demanda exames e procedimentos posteriores.

Até agora, 28.718.580 pessoas se recuperaram da covid-19. O número corresponde a 95,8% dos infectados desde o início da pandemia.

Estados

Segundo o balanço do Ministério da Saúde, no topo do ranking de estados com mais mortes por covid-19 registradas até o momento estão São Paulo (167.374), Rio de Janeiro (72.835), Minas Gerais (60.850), Paraná (42.933) e Rio Grande do Sul (39.049).

Já os estados com menos óbitos resultantes da pandemia são Acre (1.992), Amapá (2.124), Roraima (2.145), Tocantins (4.144) e Sergipe (6.317).

Vacinação

Já foram aplicados 398,9 milhões de doses de vacinas contra a covid-19, sendo 172,8 milhões com a primeira dose e 150,8 milhões com a segunda dose, além de 4,7 milhões de doses únicas, 67,6 milhões de doses de reforço e 2,8 milhões de doses adicionais. (Agencia Brasil)

jornalodiasp@terra.com.br
Viaduto 9 de julho, 180
CEP: 01050-060
3258-1822

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

GERU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ nº 37.763.847/0001-38

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Operacionalização: A Companhia tem por objeto a realização de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor. Desempenho: A Companhia, encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um prejuízo de R$ 85 mil, em função da fase inicial de suas operações (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020, a empresa encontrava- se em fase pré-operacional) e ativos totais de R$ 1.036 mil (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020, a empresa encontrava- se em fase pré-operacional). Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de parcerias pela confiança e pela credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e pelo empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços. Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários. **A Administração.**

São Paulo, 24 de março de 2022

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	992	-
Outros Ativos			
Diversos	5	1	-
Total ativo circulante		**993**	**-**
Créditos Tributários	11	43	
Total ativo não circulante		**43**	**-**
Total ativo		**1.036**	**-**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Outras obrigações	6	121	-
Total passivo circulante		**121**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital Social	7	1.000	1.000
Capital a integralizar		-	(1.000)
Prejuízos acumulados		(85)	-
Total do patrimônio líquido		**915**	**-**
Total passivo		**1.036**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Capital integralizado	1.000	(1.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.000**	**(1.000)**	**-**	**-**	**-**
Capital integralizado	1.000	-	-	-	**1.000**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(85)	**(85)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**	**(85)**	**915**
Saldo em 30 de junho de 2021	**1.000**	**-**	**-**	**(6)**	**994**
Capital integralizado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Prejuízo do semestre	-	-	-	(79)	**(79)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.000**	**-**	**-**	**(85)**	**915**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas de intermediação financeira		**17**	**19**	**-**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	8	17	19	-
Resultado bruto da intermediação financeira		**17**	**19**	**-**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(138)**	**(148)**	**-**
Receitas de prestação de serviços		-	1	-
Despesas administrativas	9	(134)	(141)	-
Despesas tributárias	10	(4)	(7)	-
Resultado operacional		**(120)**	**(128)**	**-**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(120)**	**(128)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social		**41**	**43**	**-**
Ativo fiscal diferido	11	41	43	-
Prejuízo do semestre / exercício		(79)	(85)	-
Quantidade de ações		1.000	1.000	1.000
Prejuízo por ação - R$		-	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	**(79)**	**(85)**	**-**
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**
Resultado abrangente total do exercício	**(79)**	**(85)**	**-**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Prejuízo do semestre/exercício	**(79)**	**(85)**	**-**
(Aumento) Créditos tributários	(41)	(43)	-
Prejuízo ajustado no semestre/exercício	**(120)**	**(128)**	**-**
(Aumento) Redução de Ativos Diversos	-	(1)	-
(Aumento) Redução de Outras obrigações e provisões	114	121	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(6)**	**(8)**	**-**
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	1.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**-**	**1.000**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**-**	**-**	**-**
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**(6)**	**992**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	998	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	992	992	-
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**(6)**	**992**	**-**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Geru SCD”) foi constituída em 19 de agosto de 2019, é uma instituição domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital, cuja autorização para operar foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 13 de maio de 2020. A Companhia tem por objeto a realização de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica (instrumento que permite a uma empresa gerenciar conta de pagamento do tipo pré-paga, conforme autorizado pelo Banco Central através da Resolução nº 4.656, a qual regulamentou as atividades das Sociedades de Crédito Direto), objetivando assim alavancar as operações de empréstimos originadas através das plataformas do grupo (Open Co Tecnologia e Open Co Correspondente), enquanto emissor de Cédulas de Crédito Bancário e intermediador de Pagamentos.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • **Resolução CMN nº 3.566/08** - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • **Resolução CMN nº 3.604/08 -** Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); • **Resolução CMN nº 3.823/09 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • **Resolução CMN nº 3.973/11** - Evento subsequente (CPC 24); • **Resolução CMN nº 4.007/11** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23) Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução CMN nº 4.636/18 Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1); • Resolução CMN nº 4.748/19 Mensuração do valor justo (CPC 46).

3. Descrição das principais práticas contábeis - 3.1. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 .Apuração do resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência. **3.3. Uso de estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de créditos tributários constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa, sujeito a avaliação de sua estimativa de compensação em até 5 anos, conforme detalhado na nota 10. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **3.5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui investimentos em aplicações interfinanceiras no montante de R$ 866 mil. **3.6 Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, conforme estabelecido pela Circular Bacen n° 3.068 de 8 de novembro de 2001: (i) Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui investimentos em títulos e valores mobiliários. **3.7. Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **3.8. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco, seguindo critérios que levam em consideração a análise econômica e os riscos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em oito níveis (de A a H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecerão nessa classificação por seis meses, quando serão baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas, anteriormente. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. A Geru Sociedade de Crédito Direto, tendo iniciado a sua operação em março de 2021, incorreu em três operações de crédito, duas liquidadas antecipadamente, e uma cedida integralmente sem coobrigações ou retenção de riscos, não havendo saldos a serem reportados em 31 de dezembro de 2021. **3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil: (i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e (iii) **Obrigações legais -** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui ativos, passivos contingentes (de nenhuma probabilidade de perda - provável, possível, ou remota) ou obrigações legais. **3.10. Provisão para imposto de renda, contribuição social, pis, cofins e iss:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente, para o Imposto de renda a uma alíquota de 15%, com o acréscimo de 10% do adicional, e, para a Contribuição social sobre o lucro a uma alíquota de 9%. Os ativos fiscais diferidos foram constituídos de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.842 de 30 de julho de 2020, a alíquota de 25%para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A provisão para o PIS e a COFINS foi constituída a uma alíquota de 1,65% e 7,60% respectivamente, sobre as receitas brutas considerando as exclusões e deduções da legislação vigente. A provisão do ISS foi constituída a uma alíquota de 5% sobre o total de receitas de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta prejuízo fiscal e base negativa para a CSLL. **3.11. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **3.12. Resultados recorrentes e não recorrentes:** A Geru SCD considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, oriundas de suas atividades de originação de crédito e cessão, prestações de serviços e demais gastos relacionados à manutenção de suas atividades. São considerados resultados não recorrentes eventuais receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais, ou com baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui resultados não recorrentes. **3.13. Novas normas e (ou) interpretações emitidas ainda não aplicáveis - *Resolução CMN nº 4.966:*** A Geru Sociedade de Crédito Direto S.A avaliou os impactos da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Tendo em vista a estrutura de sua operação, a saber: (i) Opera com emissão de instrumentos de crédito 100% cedidos sem coobrigações ou retenções de riscos, de forma a não estar exposta a riscos decorrentes de perdas com créditos; (ii) Não opera com derivativos ou operações de hedge, tão pouco consta em seu planejamento operar com tais instrumentos; (iii) Não presta garantias financeiras, tão pouco consta em seu planejamento operar com estas; (iv) Não opera com compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, incondicional ou unilateralmente, tão pouco consta em seu planejamento operar com estas; (v) O seu modelo de negócios objetiva única e exclusivamente manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, bem como os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. Assim a Companhia não espera impactos relevantes em função da adoção da nova norma, que deverá entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O Caixa e o equivalente de Caixa é composto da seguinte forma:

Disponibilidades	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	126	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (i)	866	-
Total	**992**	**-**

(i) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e objetivam a gestão de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 , a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 98,62% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

5. Outros ativos

Diversos	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	1	-
Total	**1**	**-**

Os valores referem-se à antecipação de imposto de renda e contribuição social e também ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

6. Outras obrigações

Outras Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
Outras obrigações (i)	114	-
Fiscais e previdenciários (ii)	7	-
Total	**121**	**-**

(i) Tratam-se de transações com partes relacionada, conforme descrito na nota explicativa 11. (ii) Os valores a recolher referem-se a PIS e COFINS próprio e Impostos Retidos na Fonte (IRRF e CSRF).

7. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$1.000, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscrito pelos acionistas Open Co Holding Limited (Anteriormente denominada Geru Holding Limited), controladora, e Sandro Weinfeld Reiss. O montante se encontra totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021. **Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

8. Receitas financeiras

Receitas financeiras	01/07 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	17	19	-
Total	**17**	**19**	**-**

9. Despesas administrativas

Despesas administrativas	01/07 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com auditoria	(99)	(99)	
Despesa de serviços do sistema financeiro	(12)	(16)	-
Outras despesas gerais	(23)	(25)	-
Total	**(134)**	**(141)**	**-**

10. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	01/07 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Taxas	(4)	(7)	-
Total	**(4)**	**(7)**	**-**

Os valores registrados em despesa referem-se a PIS/COFINS/ISS próprio e Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos (TFE).

11. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre as operações do exercício:

	01/07 a 31/12/2021 IR	01/07 a 31/12/2021 CS	31/12/2021 IR	31/12/2021 CS	31/12/2020 IR	31/12/2020 CS
Resultado antes do imposto	(120)	(120)	(128)	(128)	-	-
Adições/(exclusões) permanentes						
Descontos concedidos	-	-	-	-	-	-
Adições/(exclusões) temporárias	-	-	-	-	-	-
Base de Cálculo	(120)	(120)	(128)	(128)	-	-
IR/CS Apurado	-	-	-	-	-	-
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	41	41	43	43	-	-

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, foram constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e a Base Negativa de CSLL do exercício, que a Administração espera realizar em até 5 anos, baseada em seu plano de negócios. Não há saldos de créditos não constituídos.

12. Partes relacionadas: Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foram definidas como partes relacionadas: (i) Pessoal chave dessa instituição: todos os membros que compõem sua Diretoria. Não ocorreram pagamentos ou transações com membros da Diretoria no exercício de 2021; (ii) Empresas ligadas: Open Co Tecnologia e Serviços S.A, Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, Open Co Correspondente Bancário Ltda e Canbras Global Inc. (iii) Controladora: Open Co Limited (anteriormente denominada Geru Holding Limited). Em 31/12/2021, a empresa incorreu nas seguintes transações com sua empresa ligada:

Transações passivas	Resultado do 2º semestre de 2021	Resultado do exercício 2021	Resultado do exercício 2020	Contas patrimoniais 2021	Contas patrimoniais 2020
Open Co Tecnologia (i)	(114)	(114)	-	114	-
Total	**(114)**	**(114)**	**-**	**114**	**-**

(i) Tratam-se de serviços administrativos prestados em favor da companhia, pagos pela Open Co Tecnologia e Serviços S.A.

13. Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de gerenciamento de capital - 13.1. Risco de crédito: O gerenciamento é feito pela área de Gestão de Portfólio, aplicando-se a política de crédito para monitorar os limites operacionais e evolução da carteira. A gestão do risco de crédito trabalha com a coleta de documentação e toda informação necessária para a análise da operação. **13.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Os procedimentos e as políticas adotadas pela Geru SCD estão em conformidade com as disposições regulamentares e as melhores práticas de mercado, e são avaliados periodicamente com o intuito em mitigar os riscos. **13.3. Risco operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. A Geru SCD adota padrões de controles internos para minimizar e reduzir os riscos inerentes às suas atividades. São efetuados os procedimentos de gerenciamento do risco operacional com testes periódicos para verificação dos controles e definição do plano de ação quando necessário, para a correção das deficiências e implementação de ações corretivas. **13.4. Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Geru SCD. Os procedimentos adotados pela Geru SCD estão em conformidade com a política estabelecida para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Companhia. **13.5. Gerenciamento de capital:** O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Geru SCD, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, adotando-se a estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, estabelecida para instituições enquadradas no segmento 5 (S5), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, e obedece aos seguintes preceitos: (i) É compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) É proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e (iii) Adequa-se ao perfil de riscos da instituição. Para fins de apuração do capital mínimo requerido, o total do RWA deve ser calculado através da soma dos ativos ponderados pelo risco de crédito, mercado e operacional: RWAS5 = RWARCSimp + RWACAMSimp + RWAROSimp. O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados. **13.6. Índice de basileia:** A Geru SCD enquadra-se nos limites estabelecidos na Resolução nº 4.606/17. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o seguinte índice:

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de crédito	589	-
Risco operacional	59	-
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	**648**	**-**
Patrimônio de Referência (PR)	**877**	**-**
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*16,25%)	**105**	**-**
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	**772**	**-**
Índice de Basileia = PR*8%/(PR Exigido)	**67%**	**0%**

14. Outras informações: Com relação aos impactos oriundos da crise da COVID-19, não foram identificados efeitos na Companhia. A administração mantém o acompanhamento desta pandemia, para avaliar possíveis impactos em suas operações.

15. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes à data de divulgação das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Contador: Samantha Paludetto Flores Melgas - CRC 1SP333402/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A *São Paulo – SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geru Sociedade de Crédito S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF42-BFB6-5DC1-B66F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF42-BFB6-5DC1-B66F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF42-BFB6-5DC1-B66F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF42-BFB6-5DC1-B66F

Hash do Documento

3BE76B88849116AA6C174C6161D39008514FCD1DA8188573541A2009EDD072AD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Governador do Rio Grande do Sul oficializa renúncia

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, oficializou sua renúncia do comando do estado na quinta-feira (31) para disputar as eleições de 2022. Contudo, o político gaúcho não informou qual cargo pretende disputar.

"Sigo no caminho do mesmo jeito, do meu jeito, com a verdade, transparência e serenidade. É cedo para dizer o que as próximas semanas me reservam, mas posso garantir que este percurso não será individual, será coletivo, enfrentando resistência e procurando respostas ao desafio que está colocado", disse.

O governo do Rio Grande do Sul será assumido pelo vice-governador, Ranolfo Vieira Júnior.

Eduardo Leite concorreu nas prévias para escolher o candidato do PSDB à Presidência da República. Ele foi derrotado pelo governador de São Paulo, João Dória. Com isso abriu diálogo com o PSD, mas anunciou que permaneceria no ninho tucano.

O nome do Leite foi ventilado como possível candidato da chamada "Terceira via", grupos de partidos de direita que não se alinham nem ao presidente Jair Bolsonaro nem ao grupo que apoia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Agencia Brasil)

Restrições ditadas por convênios afetam autonomia médica, diz pesquisa

Oito em cada dez médicos que atendem a clientes de planos de saúde afirmam já ter enfrentado restrições das operadoras ao prescreverem a seus pacientes a realização de exames laboratoriais ou de imagem. A informação consta de pesquisa que as associações Médica Brasileira (AMB) e Paulista de Medicina (APM) realizaram com 3.043 profissionais de todo o país, entre 25 de fevereiro e 9 de março deste ano.

O levantamento divulgado na quinta-feira (31) aponta que 53% dos entrevistados relataram interferências das empresas de convênios médicos nos tratamentos propostos aos pacientes. Pouco mais da metade (51%) dos respondentes disseram já ter tido dificuldades na hora de internar seus clientes e 53% afirmam já ter sofrido pressão para antecipar a alta médica de pacientes internados. Além disso, 88% dos médicos alegam já ter presenciado pacientes abandonando os tratamentos devido ao aumento dos custos para manter um convênio médico.

"Verificamos quantas distorções a saúde suplementar vem experimentando no Brasil. Distorções de toda ordem, e que prejudicam não só os usuários, mas milhões de brasileiros que, dependentes do SUS [Sistema Único de Saúde], veem o sistema público ser sobrecarregados por usuários da saúde suplementar", disse o presidente da APM, José Luiz Gomes do Amaral. "Há imensas alternativas no sentido de limitar a autonomia dos médicos", acrescentou Amaral

"Claro que as operadoras de saúde suplementar precisam ser financeiramente saudáveis, sustentáveis, para prestarem a assistência, mas nos parece que a Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS] não tem tido a preocupação de auditar e verificar a rentabilidade destas empresas", disse o presidente da AMB, César Eduardo Fernandes, citando reportagens sobre a lucratividade dos planos de saúde. "A saúde não se presta a gerar lucros abusivos. Precisamos ter mais transparência para o setor".

Os representantes das entidades médicas responsáveis pela pesquisa destacaram que mais da metade (55%) dos 3.043 médicos entrevistados atendem a clientes de planos de saúde há mais de 20 anos, enquanto 51% dos respondentes têm convênio com cinco ou mais planos.

Consultada pela Agência Brasil, a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), entidade que representa as operadoras privadas, comentou que os planos de saúde e prestadores de serviço (incluindo médicos, hospitais, clínicas, laboratórios entre outros) são interdependentes e que "a parceria entre eles é essencial para a existência e funcionamento da saúde suplementar".

"A Abramge defende a autonomia dos médicos no diagnóstico e no tratamento de enfermidades, o que é um princípio basilar da medicina. A autonomia, no entanto, não afasta a importância do desenvolvimento e aprimoramento das práticas médicas e dos protocolos clínicos, que servem como referência tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes. Quando construídos com critérios técnicos e embasamento científico, os protocolos asseguram a qualidade e a uniformidade do cuidado assistencial, melhorando desfechos clínicos e ampliando a eficiência do sistema como um todo", informou a associação. Em nota, a entidade garante estar "sempre aberta a dialogar com todos os elos que compõem o sistema de saúde suplementar.

Legislação

A pesquisa também aborda a percepção dos médicos sobre as principais propostas de mudanças legislativas que tramitam no Congresso Nacional que, se aprovadas, incidirão na relação entre operadoras, clientes e médicos.

Quase oito em cada dez (77%) profissionais entrevistados consideram negativo o Projeto de Lei 7.419/2006, que propõe uma série de mudanças na Lei 9.656, de 1998, a chamada Lei dos Planos de Saúde.

"Mal a Lei 9.656 foi promulgada, houve uma sucessão de tentativas de contorná-la. Tentativas que continuam se sucedendo", ressaltou o presidente da APM, defendendo a importância de ajustes legais que atualizem a legislação, mas sem prejudicar os usuários. "Há, hoje, na Câmara dos Deputados, mais de 300 propostas de modificações da lei. Quando as analisamos, quase todas beneficiam as operadoras".

Entre as propostas criticadas pelas entidades médicas, está a possibilidade dos planos de saúde serem segmentados conforme o tipo de procedimentos contratados – possibilidade que 80% dos médicos que responderam à pesquisa acreditam que terá consequências negativas para os clientes.

Outra iniciativa vista como prejudicial é a possibilidade de reduzir os procedimentos de cobertura obrigatória estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), medida que, segundo a pesquisa, é rejeitada por 83% dos médicos. Também pode haver prejuízo aos pacientes, caso a legislação estabeleça um limite de cobertura dos planos - o que, de acordo com as entidades, possibilitaria às operadoras se negarem a atender procedimentos prescritos que não constem da lista-base, ainda que respaldados em evidências científicas.

A reportagem entrou em contato com a ANS, mas, até o momento da publicação, não tinha recebido qualquer comentário ou informação a respeito dos aspectos abordados na pesquisa. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.031.213/0001-31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais (exceto prejuízo por ação)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: A Administração da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo/Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	48	68
Impostos a recuperar	1	1
	49	69
Total do ativo	49	69
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contas a pagar	33	27
Obrigações fiscais	1	1
	34	28
Total do passivo	34	28
Patrimônio líquido		
Capital social	877	877
Reserva de capital	776	676
Prejuízos acumulados	(1.638)	(1.512)
	15	41
Total do passivo e patrimônio líquido	49	69

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	850	603	(1.388)	65
Integralização de capital e reservas	27	73	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(124)	(124)
Saldo em 31/12/2020	877	676	(1.512)	41
Integralização de reservas de capital	–	100	–	100
Prejuízo do exercício	–	–	(126)	(126)
Saldo em 31/12/2021	877	776	(1.638)	15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2021	**31/12/2020**
Despesas gerais e administrativas	(126)	(124)
Prejuízo do exercício	(126)	(124)
Quantidade de ações (média ponderada) - ON	703.211	643.211
Quantidade de ações (média ponderada) - PN	1.406.542	1.286.542
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - ON	(0,05965)	(0,06415)
Prejuízo por ação (expressos em R$ por ação) - PN	(0,05965)	(0,06415)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2021	**31/12/2020**
Prejuízo do exercício	(126)	(124)
Resultado abrangente do exercício	(126)	(124)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Insumos adquiridos de terceiros	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63)	(62)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	–	–
Valor distribuído líquido	(63)	(62)
Distribuição do valor adicionado	(63)	(62)
Impostos, taxas e contribuições federais	(126)	(124)
Prejuízo do exercício	(63)	(62)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Prejuízo do exercício	(126)	(124)
Variação no capital circulante		
Despesas antecipadas	–	5
Contas a pagar aos fornecedores	6	7
Obrigações fiscais	–	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(120)	(111)
Fluxos de caixa em atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Integralização reserva de capital	100	73
Integralização de capital	–	27
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100	100
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(20)	(11)
Caixa e equivalentes no início do exercício	68	79
Caixa e equivalentes no final do exercício	48	68

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A Caconde Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior. Em 27 de janeiro de 2014, a GP Holdings I, LLC adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela GP Investimentos Ltda. pelo valor total de R$ 1; em consequência dessa transação, a GP Holdings I, LLC passou a deter o controle da Companhia com 99,99% do capital social. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. A Caconde é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Caconde cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2022. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CP e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em real, que é a moeda funcional da Companhia, e são apresentadas em milhares de real. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em milhares de real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. **(d) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(e) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bancos	48	68
	48	68

5. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações financeiras e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R$ 33 (31 de dezembro de 2020 - R$ 27). **6. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado é de R$ 877, representado por 2.109.753 ações (2.109.753 ações em 31 de dezembro de 2020), sendo 703.211 ações (703.211 ações em 31 de dezembro de 2020) ordinária e 1.406.542 ações (1.406.542 ações em 31 de dezembro de 2020) preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. As ações preferenciais de Classe B serão resgatáveis, não terão diretos de valor e terá prioridade no recebimento de um dividendo mínimo correspondente a R$0,01 (um centavo) por ação, aplicáveis somente se a Companhia tiver lucros. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias em preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão. **(b) Reserva legal:** A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude de a Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado à essa reserva. **(c) Dividendos:** Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social. **7. Despesas por natureza:** Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Publicações	29	31
Auditoria e consultoria	34	31
Taxas e tributos	63	62
Total de despesas	126	124

8. Provisões e Passivos Contingentes: A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou tributária, que devessem estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021. **9. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, com o montante de R$ 1.084 (R$959 em 31 de dezembro de 2020). Em função das incertezas quanto à realização dos créditos decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, além do histórico de prejuízos fiscais, a Companhia não registrou os impostos diferidos em seu balanço patrimonial. **10. Gestão de riscos: (a) Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros, ou seja, saldos em conta corrente, em instituição financeira nacional de primeira linha cuja exposição a eventual risco de crédito é mínima. **(c) Risco de mercado acionário:** A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores. **(d) Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia não cumpra as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. **(e) Risco de taxa de juros:** O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição. **11. Outras informações: (a) Benefícios pós-emprego:** A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração. **(b) Transações entre partes relacionadas:** A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

A Diretoria

Valdo Mandú Gomes - Contador - CRC 1SP218432/O-5

DECLARAÇÃO DO DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Eu, **Denilson Ishikawa, declaro que: 1.**Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; **2.** Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Caconde Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022

Denilson Ishikawa - Diretor Vice-Presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR SUPERINTENDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, **Danilo Gamboa,** declaro que: **1.** Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; **2.** Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da **Caconde Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 31 de março de 2022

Danilo Gamboa

Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Vice-Presidente e o Diretor Superintendente/DRI da **Caconde Participações S.A.,** sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.031.213/0001-31, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 31 de março de 2022

Danilo Gamboa - Diretor Superintendente/DRI

Denilson Ishikawa - Diretor Vice-Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Caconde Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caconde Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia está sem operação e não vem gerando receitas decorrentes de suas atividades. Dessa forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos:** ***Demonstração do valor adicionado:*** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Deloitte.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 15CA-39D9-9EF5-5BF7.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 15CA-39D9-9EF5-5BF7.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/15CA-39D9-9EF5-5BF7 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 15CA-39D9-9EF5-5BF7

Hash do Documento

15F51D8C2DA1400A84ADDC1E17258327101E61C6CFB6B4F1E7A1C01B6319B659

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Forte Securitizadora S.A.

CNPJ nº 12.979.898/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Forte Securitizadora S.A, relativas ao exercício findo em 31/12/2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Durante o exercício findo em 31/12/2021 a Companhia emitiu 189 (cento e oitenta e nove) séries de CRIs, totalizando o valor de R$3.509.050 mil e 2 (duas) séries de CRAs, totalizando o valor de R$20.000 mil. O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31/12/2021 foi um lucro líquido de R$2.353.489 (R$1.246.610 em 2020) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R$22.703.308 (R$2.646.143 em 31/12/2020). Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young, empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A, ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 31/03/2022. **Á Administração**

Balanços patrimoniais 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		**1.000.587**	1.815.151
Caixa e equivalentes de caixa	4	**65.884**	1.374.666
Devedores diversos	5	**72.298**	86.474
Tributos a recuperar	6	**840.000**	275.000
Despesas antecipadas		**22.405**	79.011
Ativo não circulante		**22.967.897**	4.016.375
Devedores diversos	5	**93.347**	-
Depósito judicial	13	**15.999.350**	-
Tributos a recuperar	6	**5.627.412**	2.500.797
Impostos diferidos	18	**13.268**	13.268
Imobilizado	7	**516.093**	628.798
Intangível	8	**718.427**	873.512
Total do ativo		**23.968.484**	5.831.526
Passivo circulante		**1.176.904**	2.780.891
Contas a pagar	9	**532.347**	361.206
Dividendos a pagar	14	**4**	1.423.180
Recursos de terceiros		**-**	23.829
Obrigações por passivos de arrendamento	11	**346.412**	479.227
Obrigações fiscais	10	**109.567**	69.726
Obrigações trabalhistas		**122.404**	-
Outras obrigações	12	**66.170**	423.723
Obrigações por passivos de arrendamento	11	**88.272**	404.492
Total do passivo não circulante		**88.272**	404.492
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		**3.007.777**	1.584.600
Adiantamento para futuro aumento de capital		**18.938.714**	-
Reservas de Lucros			
Reserva Legal		**291.005**	173.331
Lucro a disposição da Assembleia		**465.812**	888.212
Total do patrimônio líquido		**22.703.308**	2.646.143
Total do passivo		**23.968.484**	5.831.526

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

Receitas operacionais	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	**11.091.005**	4.988.411
Despesas operacionais: Despesas administrativas	16	**(9.212.721)**	(2.475.970)
Serviços prestados por pessoas jurídicas	16	**(2.123.926)**	(1.262.523)
Impostos e taxas		**(98.338)**	(86.808)
Depreciação e amortização	7 e 8	**(791.004)**	(820.230)
Outras receitas (despesas) operacionais		**7.365**	26.322
		(12.218.624)	(4.619.209)
Resultado operacional		**(1.127.619)**	369.202
Receitas financeiras	17	**26.221.192**	7.272.642
Despesas financeiras	17	**(21.564.044)**	(5.789.404)
Resultado financeiro líquido	17	**4.657.148**	1.483.238
Resultado antes do IR e CS		**3.529.529**	1.852.440
IR e CS	18	**(1.176.040)**	(605.830)
Lucro líquido do exercício		**2.353.489**	1.246.610
Lucro por ação (básico e diluído) - R$	14	**0,93**	1,05

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**2.353.489**	1.246.610
Resultado abrangente do exercício	**2.353.489**	1.246.610

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

1. Contexto operacional: A Forte Securitizadora S.A ("Companhia") foi constituída em 19/11/2010 e teve o seu registro na JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo efetuado em 25/11/2010, sob o NIRE nº 35.300.387.619, e registro junto à CVM em 15/06/2011 sob n° 02248-9. A Controladora da Companhia é a Forte Securitização e Participações Ltda. (antiga TForte Participação Ltda.). O objeto social caracterizado pelas seguintes atividades: (a) aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e do agronegócio; (b) Aquisição e securitização de créditos hipotecários, créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e/ou créditos do agronegócio; (c) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas, de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e/ou créditos do agronegócio; (d) gestão e administração de carteiras de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, próprias ou de terceiros; (e) Emissão de certificados de recebíveis imobiliários e/ou do agronegócio, bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e/ou do agronegócio; (f) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (g) Prestação de serviços de estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários e/ou do agronegócio, próprio ou de terceiros; (h) realização de operações de hedge em mercados de derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (i) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social e; (j) consultoria de investimentos para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários e/ou do agronegócio. A Companhia passou a integrar, desde fevereiro de 2019, o quadro de associados da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Somos ainda aderentes aos Códigos de Ética e de Oferta Pública desta mesma associação. Em 10/03/2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2020 destacando a importância de considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas informações trimestrais e demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindas dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, especial atenção foi dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos nossos negócios e/ou às estimativas contábeis à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: mensuração do valor justo, recuperabilidade de ativos e provisões para perda de crédito esperada. Seguindo as orientações do CFC e da CVM a administração avaliou os impactos e as medidas de monitoramento do COVID-19 e afirma que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeira de 31/12/2021. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a)** Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras em 31/12/2021 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 31/03/2022. **b)** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 e normas emitidas, mas ainda não vigentes: As alterações aos Pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência, e Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30/06/2021, não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *CPC 50 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação; Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, e; Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **c)** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, e societária, dentre outras. A Companhia reconhece provisões ou faz divulgações de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3. Principais práticas contábeis:** As transações realizadas pela Companhia são registradas contabilmente atendendo ao princípio de competência. Dentre as práticas contábeis destacam-se as seguintes: **a)** Resultado: A receita operacional é formada pelo resultado gerado através da prestação de serviço em operações sujeitas ao regime fiduciário, que consiste na estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços e também quando existe evidência convincente (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores, (ii) de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de operações puderem ser mensurados de maneira confiável, e (iv) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita com a prestação de serviços de estruturação de securitização de recebíveis imobiliários só é reconhecida ao término dessas operações, com a emissão do CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários ou CRA - Certificado do Agronegócio. As despesas são representadas basicamente por despesas administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. **b)** Operações com regime fiduciário pleno: Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia atuou somente com operações vinculadas ao regime fiduciário pleno. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. As operações sujeitas ao regime fiduciário que não contam com coobrigação da Companhia foram apartadas das suas demonstrações financeiras. Uma vez que a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito ou garantia aos novos titulares, e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente. **c)** Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, aplicações financeiras representadas por certificados de depósitos bancários e fundos de investimento. As aplicações financeiras estão contabilizadas pelo valor justo por meio do resultado, representado pelo valor de resgate na data base. Tais aplicações estão sendo apresentadas no ativo circulante e são consideradas como equivalentes de caixa uma vez que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do efetivo resgate. **d)** Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição e deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas fiscais as quais a administração entende refletirem a vida útil e econômica dos bens. **e)** Intangível: Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). **f)** Avaliação do valor recuperável de ativos da Companhia: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g)** Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		**2.353.489**	1.246.610
Itens que não afetam o caixa e equivalente de caixa:			
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	7 e 8	**280.981**	322.883
Amortização de direito de uso	8	**510.023**	497.347
Despesa de juros	11	**113.646**	47.448
Provisão para perdas de crédito esperada		**-**	39.025
Atualização de créditos fiscais		**(101.996)**	(57.132)
Resultado na alienação de imobilizado		**-**	1.069
Lucro ajustado		**3.156.143**	2.097.250
(Aumento) redução de ativos: Depósito judicial	13	**(15.999.349)**	-
Devedores diversos	5	**14.176**	(32.628)
Despesas antecipadas		**56.606**	5.394
Aumento (redução) de passivos: Impostos Pagos		**(3.589.619)**	(908.444)
Contas a pagar	9	**171.141**	217.295
Recursos de terceiros		**(23.829)**	2.558
Obrigações tributárias	10	**39.841**	6.089
Obrigações trabalhistas		**122.404**	-
Outras Obrigações	12	**(357.553)**	322.222
(=) Caixa líquido das atividades operacionais		**(16.410.039)**	1.709.736
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	7	**(133.091)**	(126.873)
Aquisição de intangível	8	**(341.035)**	-
Recebimento na venda de imobilizado		**-**	3.000
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos		**(474.126)**	(123.873)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento por arrendamento	11	**(611.769)**	(531.723)
Mútuo a receber		**(93.347)**	-
Adiantamento para aumento de capital	14	**18.938.714**	-
Pagamento de dividendos	14	**(2.658.215)**	-
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos		**15.575.383**	(531.723)
Acréscimo (Decréscimo) em caixa e equivalentes		**(1.308.782)**	1.054.140
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		**1.374.666**	320.526
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício		**65.884**	1.374.666

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Serviços	**12.272.888**	5.518.664
Provisão para perdas de crédito esperada	**-**	(39.025)
Insumos adquiridos de terceiros: Materiais, energia e outros	**(7.521.212)**	(1.991.981)
Serviços contratados	**(2.123.926)**	(1.262.523)
Outras despesas	**(595.292)**	(574.323)
Valor adicionado bruto	**2.032.458**	1.650.812
Depreciação / Amortização	**(791.004)**	(796.124)
Valor adicionado líquido	**1.241.454**	854.688
Valor adicionado recebido em transferência: Receitas financeiras	**4.795.689**	1.570.717
Outras receitas	**7.365**	44.096
Valor adicionado total a distribuir	**6.044.508**	2.469.501
Distribuição do valor adicionado: Pró-labore	**1.029.622**	-
Impostos, taxas e contribuições	**2.661.397**	1.222.891
Lucro líquido do exercício	**2.353.489**	1.246.610
	6.044.508	2.469.501

de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial pelos seus valores de aquisição quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h)** Ativos e passivos contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados sem que sejam provisionados e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados ou divulgados. **i)** Provisão para IR e CS: A Companhia optou pelo Regime de tributação pelo lucro real, cuja tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% enquanto que, a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões da receita, temporariamente não tributáveis. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido, quando aplicável, é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **j)** Lucro por ação: A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33. Não há efeitos de diluição e, consequentemente, o lucro por ação básico e diluído tem o mesmo valor. **k)** Instrumentos financeiros: A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48 / IFRS 9. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade. Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Passivos financeiros não derivativos:* São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. O desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ocorre: *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando usa obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos financeiros transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquida o passivo simultaneamente. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, aplicações financeiras representadas por certificados de depósitos bancários e fundos de investimento. As aplicações financeiras estão contabilizadas pelo valor justo por meio do resultado, representado pelo valor de resgate na data base. Tais aplicações estão sendo apresentadas no ativo circulante e são consideradas como equivalentes de caixa uma vez que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do efetivo resgate.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	**85**	473
Depósitos bancários (i)	**35.483**	12.352
Depósitos bancários de operações em estruturação ou encerradas (ii)	**30.316**	405.632
Aplicações financeiras - Fundos Itaú (iii)	**-**	956.209
	65.884	1.374.666

(i) Depósitos bancários - Corresponde às contas correntes da própria operação da Companhia. (ii) Depósitos bancários de operações em estruturação ou encerradas - Corresponde às contas correntes de operações que estão em estruturação e os respectivo saldos serão transferidos para o respectivo patrimônio separado ou já encerradas e que os recursos serão transferidos aos cedentes no encerramento da conta. (iii) Fundo de investimento administrado pelo Banco Itaú, que aplica em cotas de Fundos de Investimentos (Special Renda Fixa Referenciado DI - Fundo de Investimento). Remuneração anual de 59% da CDI em 2020.

5. Devedores diversos:	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber dos CRIs	**53.826**	32.983
Serviços prestados a receber	**-**	7.520
Mútuos a receber (i)	**93.347**	30.917
Devedores diversos	**18.472**	54.079
(-) Provisão para perdas de crédito esperada	**-**	(39.025)
	165.645	86.474

(i) O saldo é composto por adiantamentos realizados com característica de mútuo, com vencimento em julho de 2031, para sócios da Empresa coligada Star Hub Formação e Eventos Ltda. controlada direta Forte Securitização e Participação Ltda. (controladora da Fortesec e considerada uma parte relacionada da Companhia). **6. Tributos a recuperar:** O saldo de impostos a recuperar é formado por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no exercício que serão amortizados do valor total de impostos devidos (IRPJ e CSLL) no fim do exercício; de imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, e de impostos e contribuições retidos no recebimento de serviços prestados que também serão utilizados para amortização o valor dos impostos (IRPJ e CSLL) devidos no exercício; além de saldos negativos de IR e CS apurados em exercícios anteriores que estão sendo utilizados para compensações de impostos devidos no exercício através de Perdcomp (pedido de compensação).

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2016	**1.129**	1.096
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2018	**-**	202.510
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2019	**1.140.085**	1.382.661
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2020	**1.244.011**	1.028.601
Saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado em 2021	**4.058.245**	-
Recolhimento a maior a compensar	**23.942**	160.929
	6.467.412	2.775.797
Circulante	**840.000**	275.000
Não Circulante	**5.627.412**	2.500.797

7. Imobilizado: São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)*. A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item imobilizado. A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente. A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

Depreciação	Taxa anual de Depreciação	Custos	Depreciação	Líquido
		31/12/2020		
Máquinas e equipamentos	10%	63.086	(18.747)	44.339
Móveis e utensílios	10%	266.384	(76.182)	190.202
Computadores e periféricos	20%	337.145	(144.949)	192.196
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	712.715	(510.654)	202.061
		1.379.330	(750.532)	628.798

Depreciação	Taxa anual de Depreciação	Custos	Depreciação	Líquido
		31/12/2021		
Máquinas e equipamentos	10%	**65.591**	**(25.291)**	**40.300**
Móveis e utensílios	10%	**287.155**	**(103.120)**	**184.035**
Computadores e periféricos	20%	**446.960**	**(214.630)**	**232.330**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	**712.714**	**(653.286)**	**59.4428**
		1.512.420	**(996.327)**	**516.093**

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	63.086	**2.505**	-	**65.591**
Móveis e utensílios	266.384	**20.771**	-	**287.155**
Computadores e periféricos	337.145	**109.815**	-	**446.960**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	712.714	**-**	-	**712.714**
	1.379.29	**133.091**	-	**1.512.420**

Depreciação/Amortização	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	(18.747)	**(6.544)**	-	**(25.291)**
Móveis e utensílios	(76.182)	**(26.938)**	-	**(103.120)**
Computadores e periféricos	(144.949)	**(69.681)**	-	**(214.630)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	(510.654)	**(142.632)**	-	**(653.286)**
	(750.532)	**(245.794)**	-	**(996.327)**

(i) Gastos realizados no imóvel locado, sede da Companiha, que é amortizado pelo prazo do contrato de locação (vigência até abril/2023). **8. Intangível:** Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais destinados para a sede da Companhia, cujos aluguéis são pagos aos arrendatários. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em reais)

	Capital Social	AFAC	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva à disposição da assembleia	Lucro/Prejuízo Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2019	555.000	-	111.000	1.029.602	-	-	1.695.602
Aumento de capital	1.029.600	-	-	(1.029.600)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.246.610	-	1.246.610
Destinação do lucro (nota 14): Reserva legal	-	-	62.331	-	(62.331)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(296.069)	-	(296.069)
Lucro a disposição da Assembleia (nota 14)	-	-	-	888.210	(888.210)	-	-
Saldo em 31/12/2020	1.584.600	-	173.331	888.212	-	-	2.646.143
Aumento de capital	**1.423.177**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.423.177**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**18.938.714**	**-**	**-**	**-**	**-**	**18.938.714**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.353.489**	**-**	**2.353.489**
Destinação do lucro (nota 14): Reserva legal	**-**	**-**	**117.674**	**-**	**(117.674)**	**-**	**-**
Dividendos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**(558.954)**	**-**	**(558.954)**
Dividendos pagos	**-**	**-**	**-**	**(888.212)**	**(1.211.049)**	**-**	**(2.099.261)**
Lucro a disposição da Assembleia (nota 14)	**-**	**-**	**-**	**465.812**	**(465.812)**	**-**	**-**
Saldo em 31/12/2021	**3.007.777**	**18.938.714**	**291.005**	**465.812**	**-**	**-**	**22.703.308**

Itens	Taxa anual de Amortização	Custos	Amortização	Líquido
		31/12/2020		
Softwares e programas de computador	10%	76.708	(75.628)	1.080
Direito de uso - aluguel (i)	-	1.605.125	(732.693)	872.432
		1.681.833	(808.321)	873.512

Itens	Taxa anual de Amortização	Custos	Amortização	Líquido
		31/12/2021		
Softwares e programas de computador	10%	**76.708**	**(76.228)**	**480**
Direito de uso - software	20%	**341.035**	**(34.585)**	**306.450**
Direito de uso - aluguel (i)	-	**1.654.214**	**(1.242.717)**	**411.497**
		2.071.957	**(1.353.530)**	**718.427**

O direito de uso de aluguel é amortizado pelo prazo do contrato de locação, vigente até abril/2023.

Itens	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Softwares e programas de computador	76.708	**-**	**-**	**76.708**
Direito de uso - software	-	**341.035**	**-**	**341.035**
Direito de uso - aluguel	1.605.125	**49.089**	**-**	**1.654.214**
	1.681.833	**390.124**	**-**	**2.071.957**

Amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortizações	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Software e programas de computador	(75.628)	**(601)**	**-**	**(76.229)**
Direito de uso - software	-	**(34.585)**	**-**	**(34.585)**
Direito de uso - aluguel	(732.693)	**(510.023)**	**-**	**(1.242.716)**
	(808.321)	**(545.209)**	**-**	**(1.353.530)**

9. Contas a pagar:	31/12/2021	31/12/2020
Honorários contábeis a pagar	**19.450**	22.079
Honorários jurídicos a pagar	**173.640**	78.542
Honorários de auditoria a pagar	**13.063**	-
Contas a Pagar (bens de consumo)	**20.145**	36.750
Fornecedores de serviços (coordenador líder em operação)	**-**	100.719
Fornecedores de serviços (TI)	**178.000**	35.904
Fornecedores de serviços (consultorias)	**52.500**	50.993
Prêmio de Seguro a pagar	**12.191**	-
Cartão de crédito corporativo a pagar	**18.556**	-
Outras contas a pagar	**44.802**	36.219
	532.347	361.206

10. Obrigações fiscais:	31/12/2021	31/12/2020
Retenções no pagamento de serviços a pessoa jurídica	**24.073**	27.945
PIS e COFINS a recolher	**5.867**	5.086
ISS a recolher	**28.303**	25.336
INSS a recolher	**1.412**	1.367
IRRF sobre aluguel	**10.935**	9.992
IRRF sobre pró-labore (i)	**38.977**	-
	109.567	69.726

(i) Valor refere-se ao imposto retido no pagamento a diretores que foram eleitos durante o exercício de 2021. **11. Obrigações por passivos de arrendamentos:** Com base nas informações contratuais, apresentamos abaixo a movimentação das obrigações de arrendamento mercantil (passivos de arrendamento) da Companhia no exercício

Obrigações de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31/12/2020	883.719
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	**(611.769)**
Ajuste referente aumento de aluguel	**63.696**
AVP dos novos contratos de arrendamento	**(14.608)**
Juros no período	**113.646**
Saldo em 31/12/2021	**434.684**
Curto prazo	**346.412**
Longo prazo	**88.272**
Períodos	**Valor**
Vencimento até Dez/22	346.412
Vencimento até Dez/23	88.272
Total	434.684

12. Outras obrigações:	31/12/2021	31/12/2020
Valor a pagar aos CRIs	**1.861**	1.862
Disponibilidades de operações a liquidar	**-**	17
Recursos de operações encerradas (i)	**62.164**	417.638
Outros credores	**2.145**	4.206
	66.170	423.723

(i) Recursos em conta corrente de operações encerradas no período, a serem disponibilizados aos cedentes no curto prazo. **13. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia não possui riscos tributários, cíveis ou trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou riscos tributários à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Em 31/12/2021, a Companhia identificou seis passivos contingentes de natureza cível (três em 2020) com prognóstico de perda possível no montante total de R$27.999.149 (R$3.585.362 em 2020). A natureza dos principais passivos contingentes estão relacionadas: (i) a pedidos formulados por cedentes de créditos imobiliários, pleiteando ressarcimento de valores retidos para compensação dos prejuízos causados à Companhia, em decorrência do desrespeito ao direito de preferência da Companhia na estruturação de operações de securitização de tais Cedentes, e (ii) ao suposto descumprimento de obrigações assumidas em contrato de compra e venda de participação societária. Em 31/12/2021 a Companhia possui R$15.999.350 em depósitos judiciais relacionados a uma contingência cível. O depósito reflete o total em discussão sobre os valores devidos à Companhia por um cedente por descumprimento de obrigações contratuais. A discussão do mérito se dará em arbitragem que está em fase inicial de composição do Tribunal Arbitral. **14. Patrimônio líquido:** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$3.007.777 em 31/12/2021, representado por 3.007.777 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (R$1.584.600 em 31/12/2020). O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, (b) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2021, os acionistas destinaram dividendos aprovados no montante de R$1.423.177 para aumento de capital, mediante a emissão de 1.423.177 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Essa transação não gerou caixa e consequentemente, não foi considerada nas demonstrações dos fluxos de caixa. No segundo semestre de 2021 a Forte Securitização e Participações, acionista controladora da Forte S.A., realizou adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$18.938.714, que, por serem definidos como irretratáveis, foram contabilizados em conta de AFAC no Patrimônio Líquido, em atendimento a Resolução CFC 1.159/09. A Companhia pagou aos seus acionistas dividendos no montante total de R$2.658.215, que inclui R$558.954 a título de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R$888.212 oriundos da reserva de lucros e R$1.770.003 sobre o lucro apurado no exercício de 2021. O resultado apurado no exercício teve a seguinte destinação:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**2.353.489**	1.246.610
(-) Reserva legal - 5%	**(117.674)**	(62.331)
Lucro disponível	**2.235.815**	1.184.279
Dividendos pagos	**(1.770.003)**	(296.069)
Lucro líquido a disposição da Assembleia	**465.812**	888.210

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação básico e diluído (não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias que refletisse como diluição) para o exercício findo em 31/12/2021. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro (Prejuízo) básico por ação	31/12/2021	31/12/2020
Numerador: Lucro Líquido do período	**2.353.489**	1.246.610
Denominador: Média ponderada do número de ações	**2.533.385**	1.182.325
Lucro Líquido básico e diluído por ação - R$	**0,93**	1,05

15. Receita operacional líquida:	31/12/2021	31/12/2020
Receita de gestão de recebíveis	**11.487.619**	5.431.306
Receita de estruturação	**314.876**	87.358
Receita de consultoria (i)	**442.723**	-
Receita de coordenador líder (ii)	**27.670**	-
(-) PIS	**(79.774)**	(35.871)
(-) COFINS	**(490.916)**	(220.781)
(-) ISSQN	**(611.193)**	(273.601)
	11.091.005	4.988.411

(i) Trata-se de receita de consultoria para estruturação de CCBs. (ii) Trata-se de receita de coordenação de operação no mercado de capitais.

16. Despesas administrativas:	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com serviços de terceiros	**(2.123.926)**	(1.232.189)
Despesas com pró-labore (nota 19)	**(1.234.759)**	-
Despesas de consumo	**(134.813)**	(114.088)
Despesas com condomínio	**(158.658)**	(168.272)
Despesas com bens não imobilizados	**(1.648)**	(14.729)
Despesas com infraestrutura e TI	**(1.421.307)**	(870.442)
Despesas com material de divulgação e patrocínio	**(786.521)**	(121.582)
Despesas com institucional, eventos e palestras (i)	**(4.396.256)**	(251.901)
Despesas com seguros	**(23.640)**	(30.556)
Despesas com viagens e estadias	**(89.696)**	(76.761)
Despesas operacionais gerais	**(159.085)**	(30.334)
Despesas de operações pagas pela Forte Securitizadora	**(456.750)**	(483.989)
Despesas com contribuições de classe	**(28.740)**	(37.680)
Outras despesas administrativas	**(320.848)**	(305.970)
	(11.336.647)	(3.738.493)

Refere-se principalmente ao patrocínio do evento Fórmula 1 Heineken Grande Prêmio de São Paulo 2021.

17. Resultado Financeiro:	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações financeiras	**26.116.879**	7.214.888
Atualização monetária de créditos fiscais	**101.996**	57.132
Descontos obtidos	**2.317**	622
	26.221.192	7.272.642
Repasse de rendimentos de aplicações financeiras aos Patrimônios Separados	**(21.425.502)**	(5.701.925)
Tarifas bancárias	**(20.864)**	(15.079)
Multas e juros	**(117.677)**	(70.917)
Descontos concedidos	**(1)**	(1.483)
	(21.564.044)	(5.789.404)
	31/12/2021	**31/12/2020**
Resultado Financeiro Líquido	**4.657.148**	1.483.238
	4.657.148	1.483.238

18. Imposto de Renda e Contribuição Social:	31/12/2021	31/12/2020
IR e CS corrente	**(1.176.040)**	(619.098)
IR e CS diferido	**-**	13.268
	(1.176.040)	(605.830)

A conciliação dos tributos contabilizados no resultado do período é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos	**3.529.529**	1.852.440
- Alíquota de 15%	**(529.429)**	(277.866)
- Alíquota de 10%	**(328.953)**	(161.244)
Cálculo da CSLL		
- Alíquota de 9%	**(317.658)**	(166.720)
Total do IRPJ e da CSLL	**(1.176.040)**	(605.830)

19. Benefícios a Administradores e Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a administradores, caso existente, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados. O total de R$1.234.759 refere-se ao pró-labore dos diretores e conselheiros da Companhia (R$1.025.684), INSS sobre pró-labore (R$205.137) e outros (R$3.938). **20. Instrumentos financeiros:** a) Risco de crédito: É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos são garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. b) Risco de liquidez: É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras. A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

Passivos	Saldo contábil	Fluxo financeiro	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Contas a Pagar (Nota 9)	**532.347**	**532.347**	**532.347**	**-**	**-**	**-**	**532.347**
Obrigações por passivos de arrendamentos	**434.684**	**434.684**	**346.412**	**88.272**	**-**	**-**	**434.684**

c) Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio. d) Risco de juros: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários é o CDI. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos Financiamentos decorrentes de arrendamento, os quais estão baseados na variação do IGPM. A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores. e) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31/12/2021 e 2020, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros. f) Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de taxa de juros (CDI e TR). Com base em projeções de índices para 2022 divulgadas no mercado, a Companhia considerou essas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	**Queda de 50%**	**Queda de 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CDI	**1,45%**	**2,17%**	**2,89%**	**3,61%**	**4,34%**
IPCA	**2,36%**	**3,53%**	**4,71%**	**5,89%**	**7,07%**
IGP-M	**5,95%**	**8,92%**	**11,89%**	**14,86%**	**17,84%**
Selic	**2,75%**	**4,13%**	**5,50%**	**6,88%**	**8,25%**

Ativos e passivos líquidos	**Saldo líquido 31/12/2021**	**Queda de 50%**	**Queda de 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CDI	**15.999.350**	**16.188.926**	**16.283.714**	**16.378.503**	**16.473.291**	**16.568.079**
IGP-M	**(434.684)**	**(455.874)**	**(466.470)**	**(477.065)**	**(487.660)**	**(498.255)**
Total	**15.564.666**	**15.733.052**	**15.817.246**	**15.901.438**	**15.985.631**	**16.069.824**

Saldo nas demonstrações financeiras	**31/12/2021**	**CDI**	**IGP-M**	**Sem indexador**
Caixa e bancos (Nota 4)	**65.884**	**-**	**-**	**65.884**
Devedores diversos (Nota 5)	**72.298**	**-**	**-**	**72.298**
Depósito judicial (Nota 13)	**15.999.350**	**15.999.350**	**-**	**-**
Total dos ativos com riscos financeiros	**16.137.532**	**15.999.350**	**-**	**138.182**
Contas a pagar (Nota 9)	**(532.347)**	**-**	**-**	**(532.347)**
Outras obrigações (Nota 12)	**(66.170)**	**-**	**-**	**(66.170)**
Obrigações por passivos de arrendamentos (Nota 11)	**(434.684)**	**-**	**(434.684)**	**-**
Total dos passivos com riscos financeiros	**(1.033.201)**	**-**	**(434.684)**	**(598.517)**
Total dos ativos e passivos com riscos financeiros	**15.104.331**	**-**	**(434.684)**	**(460.335)**

g) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores de mercado informados em 31/12/2021 e 2020 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e • Nível 3 - instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização

Ativos	**Nível da hierarquia**	**2021**	**2020**
Equivalentes de caixa (aplicação financeira) - (Nota 4)	2	**65.884**	1.374.666

21. Seguros: A Companhia possui cobertura de seguro de responsabilidade para danos pessoais a terceiros e danos materiais a ativos tangíveis, bem como para riscos de incêndio, relâmpagos, danos elétricos, fenômenos naturais e explosões de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades.

Resumo de seguro por Modalidade	**Vigência**	**Consolidado**
Seguro Fiança	maio/2023	569.927
Riscos Nomeados	novembro/2022	6.540.000
D&O	Junho/2022	10.000.000

22. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários: Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01/08/2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do período encerrado em 30/06/2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 30 de junho de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos esse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. A Companhia é responsável pela gestão de 61 (sessenta e um) patrimônios separados, que, em 31/12/2021, totalizam ativos no montante de R$5.882.220 mil, que são lastro para R$4.370.172 mil em Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis Agropecuários. No exercício de 2021 foram realizadas as seguintes operações: • Em 27/01/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 409_502 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 29/01/2021 no valor de R$23.532 mil. • Em 24/02/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 503_506 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 26/02/2021 no valor de R$21.611 mil. • Em 25/02/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 507_514 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 1/03/2021 no valor de R$34.269 mil. • Em 16/03/2021 a Companhia fez a emissão do CRI 519_522 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 18/03/2021 no valor de R$10.426 mil. • Em 23/03/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 515_518 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 26/03/2021 no valor de R$16.045 mil. • Em 05/04/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 527_534 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 09/04/2021 no valor de R$5.750 mil. • Em 16/04/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 523_526 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 20/04/2021no valor de R$17.200 mil. • Em 29/04/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 535_544 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 30/04/2021 no valor de R$56.500 mil. • Em 14/05/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 545_550 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 18/05/2021 no valor de R$9.000 mil. • Em 16/06/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 559_562 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 21/06/2021 no valor de R$7.800 mil. • Em 24/06/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 575_583 série da 1° Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 24/06/2021 no valor de R$237.000 mil. • Em 06/07/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 584_585 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 08/07/2021 no valor de R$82.217 mil. • Em 16/07/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 586_587 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 20/07/2021 no valor de R$164.913 mil. • Em 04/08/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 606_607 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 06/08/2021 no valor de R$145.645 mil. • Em 19/08/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 598_605 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 20/08/2021 no valor de R$102.617 mil. • Em 20/08/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 588_597 série da 1ª Emissão e a operação ainda não se concretizou. • Em 25/08/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 608_615 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 30/08/2021 no valor de R$33.636 mil. • Em 31/08/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 616_627 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 01/09/2021 no valor de R$111.334 mil. • Em 01/09/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 563_574 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 06/09/2021 no valor de R$40.450 mil. • Em 08/09/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 551_558 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 13/09/2021 no valor de R$25.272 mil. • Em 10/09/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 638_639 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 17/09/2021 no valor de R$161.205 mil. • Em 22/09/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 628_637 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 05/10/2021 no valor de R$54.000 mil. • Em 30/09/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 640_647 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 05/10/2021 no valor de R$6.500 mil. • Em 25/10/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 663_674 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 04/11/2021 no valor de R$4.000 mil. • Em 26/10/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 649_662 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 28/10/2021 no valor de R$91.000 mil. • Em 16/11/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 675_684 série da 1ª Emissão e a operação ainda não se concretizou. • Em 28/12/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 697_698 série da 1ª Emissão e a operação se concretizou efetivamente em 30/12/2021 no valor de R$23.300 mil. • Em 30/12/2021, a Companhia fez a emissão do CRI 699_700 série da 1ª Emissão e a operação ainda não se concretizou. **23. Eventos Subsequentes:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/03/2022, os acionistas deliberaram pela aprovação do Aumento de Capital no montante de R$18.938.714, mediante a emissão de 18.938.714 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e a conversão dos Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados no 2º semestre de 2021 pela acionista controladora Forte Securitização Participações.

Diretoria

Ubirajara Rocha - Diretor Presidente

Paulo Sérgio Marques Burato - Contador SP 112455/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Forte Securitizadora S/A. Exercício findo em 31/12/2021. **Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras:** Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2021. São Paulo, 31/03/2022. **A Administração**

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Forte Securitizadora S/A. Exercício findo em 31/12/2021. **Relacionamento com os auditores independentes:** Informamos que a companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pela emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7/12/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2021.

São Paulo, 31/03/2022.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Forte Securitizadora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 68E1-2C16-5E02-AE62.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 68E1-2C16-5E02-AE62.

continuação...
demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornece a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Provisões e passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais: Em 31/12/2021, a rubrica de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa 13) não possui saldo registrado com prognóstico de perda provável, entretanto, a Companhia divulgou em suas demonstrações financeiras seis passivos contingentes de natureza cível com prognóstico de perda possível no montante total de R$27.999.149. A Companhia é parte passiva em processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, que podem resultar em desembolsos significativos em caso de decisões desfavoráveis para a Companhia. A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação do risco desses processos e, consequentemente, da mensuração das provisões e passivos contingentes, esses podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, e por isso consideramos o assunto como significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do ambiente de controles internos relativos à identificação e acompanhamento dos processos em que a Companhia é parte, especificamente os critérios para estimativa de perda utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados. Obtivemos respostas às cartas de circularização dos advogados patrocinadores das causas em que a Companhia está envolvida, contendo informação sobre os montantes envolvidos e a avaliação de risco de perda destas causas, confrontando-os com os valores registrados e divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a inspeção, em bases amostrais, dos documentos suporte para os depósitos judiciais durante o exercício, inspecionamos os comprovantes de liquidação financeira e confrontamos com os valores apresentados e divulgados pela administração. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e os valores de riscos provisionados ou divulgados, sobre os principais processos envolvendo a Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração subsequente e divulgação das provisões e passivos contingentes, e que tais provisões estão devidamente consistentes com a avaliação da administração, concluímos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31/03/2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP034519/O-6, **Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata** - Contador CRC-1SP209240/O-7.

REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 26.128.437/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Mensagem da Administração: A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei nº 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra.
Agradecimentos: A REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.930	332
Créditos diversos		–	4
Tributos a Recuperar		2	1
Despesas Antecipadas		–	–
Total do ativo circulante		**1.932**	**337**
Não circulante			
Propriedade para investimentos	4	19.773	11.768
Total do ativo não circulante		**19.773**	**11.768**
Total do ativo		**21.705**	**12.106**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	5	778	12
Valores a pagar para partes relacionadas	6	11	18
Obrigações tributárias		7	5
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6	3
Total do passivo circulante		**802**	**38**
Patrimônio líquido			
Capital social	7.a	17.660	12.560
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.d	4.030	100
Prejuízos acumulados		(787)	(592)
Total do patrimônio líquido		**20.903**	**12.068**
Total do passivo e patrimônio líquido		**21.705**	**12.106**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7	**8.156**	**(320)**	**204**	**8.040**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	–	4.300	4.300
Aumento de capital	7.a	4.404	–	(4.404)	(0)
Prejuízo do exercício		–	(272)	–	(272)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	**12.560**	**(592)**	**100**	**12.068**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	–	9.030	9.030
Aumento de capital	7.a	5.100	–	(5.100)	–
Prejuízo do exercício		–	(194)	–	(194)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	**17.660**	**(787)**	**4.030**	**20.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		–	(8)
Despesa com pessoal		(37)	(10)
Despesas gerais e administrativas	9	(157)	(258)
Despesas tributárias		(1)	(3)
Outras despesas		(1)	–
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(195)**	**(278)**
Resultado financeiro líquido		**1**	**6**
Receitas financeiras		1	8
Despesas financeiras		–	(2)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(194)**	**(272)**
Prejuízo dos exercícios		**(194)**	**(272)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(194)	(272)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(194)**	**(272)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(194)**	**(272)**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	(1)
Variações nas contas de ativo e passivo		
Créditos Diversos	4	(4)
Tributos a Recuperar	(1)	–
Fornecedores	766	–
Valores a pagar para partes relacionadas	(7)	13
Obrigações tributárias	2	3
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3	(4)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**572**	**(266)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(8.005)	(3.753)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(8.005)**	**(3.753)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.030	4.300
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**9.030**	**4.300**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.598**	**281**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	332	51
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	1.930	332
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.598**	**281**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 08 de setembro de 2016, na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Santo Amaro, 3.980, Brooklin Paulista na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de self-storage; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais, de *self-storage* ou não, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arrendondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4 –** Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de teste de *impairment.* **Nota explicativa nº 12 –** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, doscorrespondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9. Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12. Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021:**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. • **Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (a)	1.911	4
Aplicação financeira (b)	19	328
	1.930	**332**

(a) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo. (b) As aplicações financeiras atendem aos critérios de classificação definidos no CPC 48, e são mensuradas ao custo amortizado, uma vez que o ativo financeiro é mantido para obter fluxo de caixa contratuais. As aplicações em operações compromissadas referem-se a aplicações de curto prazo, necessárias para a manutenção da atividade operacional da Companhia. Os recursos possuem rendimento prefixado de 99% (75% – 2020) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), resgatáveis a qualquer momento sem penalidade no resgate.

4. Propriedade para investimentos

	Terreno	Edificação em andamento	Valor total
Em 31 de dezembro de 2019	**7.849**	**166**	**8.015**
Adições	–	3.753	3.753
Em 31 de dezembro de 2020	**7.849**	**3.919**	**11.768**
Adições	–	8.005	8.005
Em 31 de dezembro de 2021	**7.849**	**11.924**	**19.773**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação em andamento do prédio utilizado para futura operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custos no valor total de R$8.005 (R$3.753 em 2020) relativos a rúbrica de propriedades para investimentos dos quais R$7.660 (R$3.753 em 2020) refere-se ao andamento da construção da propriedade, e R$345 (R$0 em 2020) refere-se a adiantamento a fornecedores para a compra e instalação de elevadores. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$22.135 (R$ 15.233, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinada por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações financeiras com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR")*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas no mercado considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins. **5. Fornecedores** – Em 2021 o saldo relativo a fornecedores é de R$782 (R$12 em 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
30 a 90 dias	11	–
91 a 180 dias	4	–
Vencidos	**15**	**–**
A vencer – 30 dias (i)	**763**	**12**
Total	**778**	**12**

(i) Aumento em relação ao ano anterior devido a evolução da obra de construção da propriedade para construção.

6. Valores a pagar com partes relacionadas

Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	11	18
	11	**18**

Refere-se a valores devido por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não foram ou são atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **7. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 17.660 (2020 – R$ 12.560) representado por 17.660.000 (2020 – 12.560.000) ações, das seguintes espécies e classes: 17.659.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Quantidade total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	17.582.718	–	17.582.718
Thiago Augusto Cordeiro	77.272	10	77.282
	17.659.990	**10**	**17.660.000**

Em 30 de maio de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 4.404 que corresponde a 4.403.600 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 5.100 que corresponde a 5.100.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Refere-se a aportes efetuados pelos acionistas Evergreen e Thiago Augusto Cordeiro, conforme instrumento particular de contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, assinados durante o exercício de 2021, no valor de R$ 4.030, que serão integralizados em cotas da sociedade durante o exercício de 2022, convertidos em quantidade fixas de cotas, no valor de R$ 0,001 (um real) por cota, totalizando 4.030.000 novas ações. **e. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias. **8. Resultado por ação** – O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(198)	(272)
Número de ações ordinárias	17.659.990	12.559.990
Prejuízo por ação (em reais – R$)	**(0,01122)**	**(0,02165)**

9. Despesas Gerais e Administrativas – A composição do saldo de despesas gerais e administrativas no ano é apresentada da seguinte forma:

	2021	2020
Serviços terceirizados	(150)	(171)
Emolumentos e publicações	(7)	(6)
Serviços de informática e telecomunicação	–	(9)
Outras despesas	–	(72)
	(157)	**(258)**

10. Instrumentos financeiros – (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3)	1.930	332
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	778	12

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designou derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **11. Gestão de riscos** – Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Ativos financeiros	2021	2020
Aplicações financeiras (Nota 3)	19	328
Ativos financeiros	**19**	**328**

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%
	Taxa CDI		4,42%	3,32%	2,21%
Ativo financeiro			**Rendimento Anual**	**Rendimento Anual**	**Rendimento Anual**
Aplicação financeira	99% CDI	R$ 19	R$ 1	R$ 1	R$ 0

c. Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "*Self Storage*", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **12. Contingência** – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **13. Outras informações** – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **14. Eventos Subsequentes** – A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor | **Thomas Daniel Conway** – Diretor | **Adriana Ruiz Alcazar** – Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP 294.059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 68E1-2C16-5E02-AE62.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 68E1-2C16-5E02-AE62.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/68E1-2C16-5E02-AE62 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 68E1-2C16-5E02-AE62

Hash do Documento

D84D27FE54AF7AE26562E244E63AAA98197A2E16408663A2075399B0333445A1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 29.639.947/0001-29

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei nº 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

A Administração

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	269	111	Fornecedores		7	9
Tributos a Recuperar		1	1	Valores a pagar para partes relacionadas	5	4	14
Total do ativo circulante		**270**	**112**	Obrigações tributárias		2	3
				Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	3
Não circulante				Total do passivo circulante		**14**	**29**
Propriedade para investimentos	4	16.850	15.558	**Patrimônio líquido**			
Total do ativo não circulante		**16.850**	**15.558**	Capital social	6.a	17.679	13.499
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	–	2.550
				Prejuízos acumulados		(572)	(408)
				Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		**17.107**	**15.641**
Total do ativo		**17.120**	**15.670**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**17.120**	**15.670**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6	**13.070**	**–**	**(191)**	**329**	**13.208**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	–	–	–	2.650	2.650
Aumento de capital	6.a	429	–	–	(429)	–
Prejuízo do exercício		–	–	(217)	–	(217)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6	**13.499**	**–**	**(408)**	**2.550**	**15.641**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	–	–	–	1.630	1.630
Aumento de capital	6.a	9.580	(5.400)	–	(4.180)	–
Prejuízo do exercício		–	–	(164)	–	(164)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	**23.079**	**(5.400)**	**(572)**	**–**	**17.107**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(11)	(11)
Despesa com pessoal		(15)	(10)
Despesas gerais e administrativas	8	(139)	(195)
Despesas tributárias		(2)	(1)
Outras receitas		2	–
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(164)**	**(217)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(164)**	**(217)**
Prejuízo dos exercícios		**(164)**	**(217)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(164)	(217)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(164)**	**(217)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(168)	(217)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	3
Variações nas contas de ativo e passivo		
Despesas Antecipadas	–	10
Fornecedores	2	2
Valores a pagar para partes relacionadas	(10)	(35)
Obrigações tributárias	(1)	2
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1)	(8)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(180)**	**(243)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(1.292)	(2.352)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.630	2.650
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.630**	**2.650**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**158**	**55**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	111	56
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	269	111
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**158**	**55**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 07 de fevereiro de 2018, com sede na Avenida dos Bandeirantes, nº 2.722, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, com a denominação de REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A.. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arrendondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4 –** Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de *impairment*. **Nota explicativa nº 11 –** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo com títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetivade que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9. Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12. Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. **Outras Normas**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (i)	269	111
	269	**111**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo.

4. Propriedade para Investimento

	Terrenos	Edificações em andamento	Valor Total
Em 31 de dezembro de 2019	**12.793**	**413**	**13.206**
Adições	–	2.352	2.352
Em 31 de dezembro de 2020	**12.793**	**2.765**	**15.558**
Adições	–	1.292	1.292
Em 31 de dezembro de 2021	**12.793**	**4.057**	**16.850**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação do prédio em andamento do prédio a ser construído para operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 19.290 (R$ 16.539, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações financeiras e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR")*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020) com base nas negociações estabelecidas no mercado considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas

	2021	2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	14
	4	**14**

(i) Refere-se a valores devidos por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não serão atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$ 23.079 (2020– R$ 13.499), representadas por 23.079.000 (2020 – 13.070.000) ações, das seguintes espécies e classes: 23.078.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Tota de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	23.026.410	–	**23.026.410**
Thiago Augusto Cordeiro	52.580	10	**52.590**
	23.078.990	10	**23.079.000**

Em 30 de maio de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 429 que corresponde a 429.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 31 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 9.580 que corresponde a 9.580.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, do qual R$ 4.180 foram integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 5.400 encontram-se a integralizar. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia. Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Companhia não possui saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2021 (R$2.550 em 2020). **e. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias. **7. Resultado por ação –** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(168)	(217)
Número de ações ordinárias	23.078.990	12.498.990
Prejuízo por ação (em reais – R$)	**(0,00728)**	**(0,01736)**

8. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços terceirizados	(131)	(116)
Emolumentos e Publicações	(8)	(5)
Serviços de informática e telecomunicações	–	(9)
IPTU (i)	–	(65)
	(139)	**(195)**

(i) Em 2021 foi obtido a aprovação do Cadatro nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade para investimento, deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram capitalizadas. **9. Instrumentos financeiros – (i) Classificação dos instrumentos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota3)	269	111
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	11	9

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designou derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10. Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "*Self Storage*", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **11. Contingência –** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações –** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13. Eventos Subsequentes –** A Administração afetou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021. 21

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor | **Thomas Daniel Conway** – Diretor | **Adriana Ruiz Alcazar** – Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionista da
REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A. São Paulo -SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A. (*"Companhia"*), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A. Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada *"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras"*. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Querodia
CRC 1SP 294.059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4315-5089-3F92-B7EC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4315-5089-3F92-B7EC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4315-5089-3F92-B7EC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4315-5089-3F92-B7EC

Hash do Documento

DA6CFEC2B3A9E30750BF55265D4776C94EE3FD0C6B7A15E859975716CD743BCF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 31.109.404/0001-41

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A administração da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei n° 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	345	416	Fornecedores		7	91
Tributos a Recuperar		3	3	Valores a pagar para partes relacionadas	5	4	15
Total do ativo circulante		**349**	**419**	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	3
				Total do passivo circulante		**11**	**109**
				Patrimônio líquido			
Não circulante				Capital social	6.a	10.200	9.270
Propriedade para investimentos	4	9.636	9.641	Prejuízos acumulados		(226)	(149)
Total do ativo não circulante		**9.636**	**9.641**	Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	-	830
				Total do patrimônio líquido		**9.974**	**9.951**
Total do ativo		**9.985**	**10.060**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**9.985**	**10.060**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Capitai social a integralizar	Lucro/ Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6	**30**	**-**	**(54)**	**9.240**	**9.216**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	-	-	-	830	830
Aumento de capital	6.a	9.240	-	-	(9.240)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(95)	-	(95)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6	**9.270**	**-**	**(149)**	**830**	**9.951**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	100	100
Aumento de capital	6.a	5.330	(4.400)	-	(930)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(78)	-	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	**14.600**	**(4.400)**	**(226)**	**-**	**9.974**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		**-**	**8**
Prejuízo bruto		**-**	**8**
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(15)	(11)
Despesas gerais e administrativas	8	(59)	(93)
Despesas tributárias		(1)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(74)**	**(96)**
Resultado financeiro líquido		**(4)**	**1**
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras		(4)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(78)**	**(95)**
Lucro/Prejuízo dos exercícios		**(78)**	**(95)**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(78)	(95)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(78)**	**(95)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(78)	(95)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	1
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	-	7
Tributos a Recuperar	-	(2)
Fornecedores	(85)	91
Valores a pagar para partes relacionadas	(11)	(62)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(2)	(6)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(177)**	**(66)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	6	(424)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**6**	**(424)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	830
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**100**	**830**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(71)**	**340**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	416	76
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	345	416
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(71)**	**340**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 03 de agosto de 2018, com sede na Praça Marechal Deodoro, 174, Santa Cecília, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais, de self-storage ou não, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações–Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambienteeconômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arrendondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequadosa ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4–**Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de *impairment*. **Nota explicativa n° 11–**reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principaispremissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativascontábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valorcontábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transferenem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiroe alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiroou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido nademonstração do resultado. **2.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6 Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menosa sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cadaexercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **1.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, doscorrespondentesencargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como nãocirculantes. **2.9 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidasquando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12 Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1° de janeiro de 2021**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações aoCPC 25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de umaúnica transação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até31 de dezembro de 2021. Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nasdemonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (i)	345	416
	345	**416**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamentode obrigações de curto prazo.

4. Propriedade para Investimento

	Terreno	Edificação em andamento	Valor Total
Em 31 de dezembro de 2019	**8.735**	**482**	**9.217**
Adição	-	424	424
Em 31 de dezembro de 2020	**8.735**	**906**	**9.641**
Baixa (i)	-	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2021	**8.735**	**900**	**9.636**

(i) No momento da compra da propriedade, foram pagos débitos de IPTU para efetivação da compra da mesma e que eram de responsabilidade do antigo proprietário. Durante o ano de 2021, foi recebido o reembolso do valor pago relativo ao IPTU no montante de R$ 6. Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação do prédio a ser construído para operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início decada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 10.825 (R$ 11.527, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinada por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-WeightedDevelopment Profit Recognition Metodology; "PR"):*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/ estabilização conforme os riscosassociados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas nos mercados considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	15
	4	**15**

(i) Refere-se a valores devido por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não foram ou são atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$14.600 (R$ 9.270 em 2020) representado por 14.600.000 (9.270.000 em 2020) ações das seguintes espécies e classes: 14.599.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. A composição da totalidade de ações subscritas são assim detidas

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Quantidade total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	14.541.790	-	14.541.790
Thiago Augusto Cordeiro	58.200	10	58.210
	14.599.990	**10**	**14.660.000**

Em 22 de setembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 9.240 que corresponde a 9.240.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentesde adiantamento para futuro aumento de capital. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 5.330 que corresponde a 5.330.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, do qual R$ 930 foram integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 4.400encontram-se a integralizar. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 daLei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possuiprejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** A companhia não possui saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2021 (R$830 em 2020). **e. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferiraos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às açõesordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participaçãode cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às açõesordinárias. **7. Resultado por ação:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(78)	(95)
Número de ações ordinárias	14.599.990	9.269.990
Prejuízo por ação (em reais - R$)	**(0,00534)**	**(0,01025)**

8. Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Serviços terceirizados	(46)	(38)
Emolumentos e publicações	(7)	(5)
IPTU (i)	-	(49)
Outras despesas	(6)	(1)
	(59)	**(93)**

(i) Em 2021 foi obtido a aprovação do Cadatro nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade para investimento,deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram capitalizadas.

9. Instrumentos financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota3)	345	416
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	7	91

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designou derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10 Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, eoutros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a esterisco devido a fase pré-operacional da companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "*Self Storage*", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a anteciparpossíveis impactos. **11. Contingência:** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingentea ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13 Eventos Subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Contadora

Adriana Alcazar - CRC 1SP163264/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. - São Paulo - SP. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B2DB-AB6A-4531-0A9B.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B2DB-AB6A-4531-0A9B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B2DB-AB6A-4531-0A9B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B2DB-AB6A-4531-0A9B

Hash do Documento

6AD1843B7D46C97A29DCEF683A8F010D737CF0805E23EDB9A2F48C26EAF98147

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 31.131.761/0001-06

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A administração da REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidadeda entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões porparte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei n° 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados oscontroles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	510	176
Tributos a Recuperar		1	1
Despesas Antecipadas	4	324	2
Total do ativo circulante		**835**	**179**
Não circulante			
Propriedade para investimentos	5	15.051	13.682
Total do ativo não circulante		**15.051**	**13.682**
Total do ativo		**15.886**	**13.861**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		7	11
Valores a pagar para partes relacionadas	6	4	20
Obrigações tributárias	1	6	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		60	3
Total do passivo circulante		**72**	**40**
Patrimônio líquido			
Capital social	7.a	17.210	14.200
Capital social a integralizar		(360)	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		(1.036)	(838)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	459
Total do patrimônio líquido		**15.814**	**13.821**
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.886**	**13.861**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Lucro/ Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6	**13.610**	**-**	**(380)**	**540**	**13.770**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	509	509
Aumento de capital	6.a	590	-	-	(590)	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(458)	-	(458)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6	**14.200**	**-**	**(838)**	**459**	**13.821**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	2.191	2.191
Aumento de capital	6.a	3.010	(360)	-	(2.650)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(199)	-	(199)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	**17.210**	**(360)**	**(1.036)**	**-**	**15.814**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(2)	(4)
Despesa com pessoal		(15)	(10)
Despesas gerais e administrativas	9	(169)	(438)
Despesas tributárias		(2)	(8)
Outras receitas/despesas		3	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(184)**	**(460)**
Resultado financeiro líquido		**(15)**	**2**
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras		(15)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(199)**	**(458)**
Lucro/Prejuízo dos exercícios		**(199)**	**(458)**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(199)	(458)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(199)**	**(458)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(199)	(458)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	-
PIS e COFINS diferido	-	-
Provisão para participação nos Lucros	(1)	-
Variações nas contas de ativo e passivo		
Despesas Antecipadas	(322)	(2)
Fornecedores	(2)	3
Valores a pagar para partes relacionadas	(16)	14
Obrigações tributárias	55	4
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3)	(7)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(488)**	**(445)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	-	-
Adições de propriedade para investimento	(1.369)	(13)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(1.369)**	**(13)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.191	509
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**2.191**	**509**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**334**	**51**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	176	125
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	510	176
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**334**	**51**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 07 de agosto de 2018, com sede na Avenida Nove de Julho, 4939 - 3º Andar, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4 -** Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de *impairment*. **Nota explicativa n° 11 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativo:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativofinanceiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6 Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12 Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma únicatransação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. • Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (i)	510	176
	510	**176**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo. **4. Propriedade para Investimento:** O valor de custo destes ativos é representado por:

	Terreno	Edificação em andamento	Valor Total
Em 31 de dezembro de 2019	**10.731**	**2.938**	**13.669**
Adições	-	13	13
Em 31 de dezembro de 2020	**10.731**	**2.951**	**13.682**
Adições	-	1.693	1.693
Em 31 de dezembro de 2021	**10.731**	**4.644**	**15.375**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação do prédio em andamento do prédio a ser construído para operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custos no valor total de R$1.693 (R$13 em 2020) relativos a rúbrica de propriedades para investimentos dos quais R$1.369 (R$13 em 2020) refere-se ao andamento da construção da propriedade, e R$324 (R$0 em 2020) refere-se a adiantamento a fornecedores para a compra e instalação de elevadores. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 17.496 (R$ 14.887 em 2020). **Mensuração do valor justo:** ***(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações financeiras e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR"):*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas nos mercados considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	15
REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.	-	5
	4	**20**

(i) Refere-se a valores devido por rateio de custos com a empresas coligadas, cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não foram ou são atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6 Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$ 17.210 (R$14.200 em 2020) representado por 17.210.000 (14.200.000 em 2020) ações, das seguintes espécies e classes: 17.209.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. A composição da totalidade de ações subscritas são assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	17.196.950	-	**17.196.950**
Thiago Augusto Cordeiro	13.040	10	**13.050**
	17.209.990	10	**17.210.000**

Em 30 de maio de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 590 que corresponde a 590.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 3.010 que corresponde a 3.010 nova ações ordinárias e sem valor nominal, do qual R$ 2.650 foram integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 360 encontram-se a integralizar. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias. **7. Resultado por ação:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(199)	(458)
Número de ações ordinárias	17.209.990	14.199.990
Prejuízo por ação (em reais - R$)	**(0,01156)**	**(0,03225)**

8. Despesas gerais e administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Serviços terceirizados	(159)	(154)
Emolumentos e Publicações	(7)	(6)
IPTU (i)	-	(277)
Outras despesas	(3)	(1)
	(169)	**(438)**

(i) Em 2021 foi obtido a aprovação do Cadatro nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade para investimento, deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram capitalizadas.

9. Instrumentos financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2020	2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	510	176
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	7	11

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designou derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10. Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros daCompanhia, remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemasfinanceiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "*Self Storage*", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **11. Contingência:** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13. Eventos Subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentada

A Diretoria

Contadora
Adriana Alcazar - CRC 1SP163264/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A.. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2401-6E06-D3DC-D5D0.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2401-6E06-D3DC-D5D0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2401-6E06-D3DC-D5D0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2401-6E06-D3DC-D5D0

Hash do Documento

CEF56193D765D13A1F4DCB0D494F51B8BA864CCF9B7D036AB9ACD4E12C2A7AAB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:05 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Moema Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 34.546.071/0001-06

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Moema Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dorelatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembrode 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dosnúmeros divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo dofluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíramcom a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveise agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei nº 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil.No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética eproteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Moema Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários,clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	646	86
Créditos diversos		-	2
Total do ativo circulante		**646**	**88**
Não circulante			
Propriedade para investimentos	4	16.459	10.516
Total do ativo não circulante		**16.459**	**10.516**
Total do ativo		**17.105**	**10.604**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		7	12
Valores a pagar para partes relacionadas	5	4	22
Obrigações tributárias		1	5
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		50	3
Total do passivo circulante		**62**	**42**
Patrimônio líquido			
Capital social	6.a	16.850	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	690	10.850
Prejuízos acumulados		(497)	(288)
Total do patrimônio líquido		**17.043**	**10.562**
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.105**	**10.604**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6	**10.400**	**(9)**	**10.391**	
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	450	–	450
Prejuízo exercício		–	–	(279)	(279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6	**–**	**10.850**	**(288)**	**10.562**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	6.690	–	6.690
Aumento de capital	6.a	16.850	(16.850)	–	–
Prejuízo exercício		–	–	(209)	(209)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	**16.850**	**690**	**(497)**	**17.043**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(7)	(7)
Despesa com pessoal		(15)	(16)
Despesas gerais e administrativas	8	(187)	(254)
Outras receitas		1	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(208)**	**(277)**
Resultado financeiro líquido		**(1)**	**(2)**
Despesas financeiras		(1)	(2)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(209)**	**(279)**
Prejuízo dos exercícios		**(209)**	**(279)**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(209)	(279)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(209)**	**(279)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(209)	(279)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	3
Variações nas contas de ativo e passivo		
Créditos Diversos	2	(2)
Fornecedores	(5)	10
Valores a pagar para partes relacionadas	(18)	5
Obrigações tributárias	(4)	4
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	48	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(188)**	**(259)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(5.943)	(141)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(5.943)**	**(141)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.690	450
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**6.690**	**450**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**560**	**50**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	86	36
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	646	86
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**560**	**50**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 14 de agosto de 2019, com sede na Alameda dos Nhambiquaras, 930, Moema, na cidade de São Paulo, SP, Brasil. Em 20 de Maio de 2021 os sócios aprovaram a alteração da razão social com a denominação de REC SS Pipeline Empreendimentos X Ltda para REC SS Moema Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4** - Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de *impairment*. **Nota explicativa n° 11 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativo:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que umativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6 Propriedade para investimentos:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Apuração do resultado:** As despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12 Novas normas ou alterações para 2021 e futuros requerimentos: • Novos requerimentos atualmente em vigor:**

Data efetiva:	Novas normas ou alterações
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários en contratos de arrenamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Empresa avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. **• Futuros requerimentos:** A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitda para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários en contratos de arrenamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23)

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23). Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo	646	86
	646	**86**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo.

4. Propriedade para investimentos

	Terreno	Edificação em andamento	Valor total
Em 31 de dezembro de 2019	**10.375**	**-**	**10.375**
Adições	-	141	141
Em 31 de dezembro de 2020	**10.375**	**141**	**10.516**
Adições	-	5.943	5.943
Em 31 de dezembro de 2021	**10.375**	**6.084**	**16.459**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação em andamento do prédio utilizado para futura operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custo no valor total de R$ 5.943 (R$ 141 em 2020) relativos à rubrica de propriedades para investimento dos quais R$5.612 refere-se ao andamento da construção da propriedade para investimento e R$ 331 (R$ 0 em 2020) refere-se a adiantamento a fornecedores para a compra e instalação de elevadores. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 17.594 (R$ 11.142, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR"):*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas no mercado considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas	2021	2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	22
	4	**22**

(i) Refere-se a valores devidos por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não serão atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 16.850 (2020 – R$ 0,1) representado por 16.850.200 (2020 – 100) ações, das seguintes espécies e classes: 16.850.190 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de de ações ON	Quantidade ações PN	Quantidade total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	16.782.789	-	16.782.789
Thiago Augusto Cordeiro	67.401	10	67.411
	16.850.190	**10**	**16.850.200**

Em 20 de maio de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 10.500 que corresponde a 10.500.100 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 20 de junho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 6.350 que corresponde a 6.350.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal devido a apuração de prejuízos no período. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Refere-se a aportes efetuados pelos acionistas Evergreen e Thiago Augusto Cordeiro, conforme instrumento particular de contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, assinados durante os exercícios de 2021 e 2020, no valor de R$ 690 (R$ 10.850 em 2020), que serão integralizados em cotas da sociedade durante o exercício de 2022, convertidos em quantidade fixas de cotas, no valor de R$ 0,001 (um real) por cota, totalizando 690.000 novas ações. **7. Resultado por ação:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(209)	(279)
Número de ações ordinárias	16.850.190	100
Prejuízo por ação (em reais - R$)	**(0,0124)**	**(2,790)**

8. Despesas Gerais e Administrativas	2021	2020
Serviços terceirizados	(179)	(174)
Emolumentos e publicações	(7)	(5)
Serviços de informática e telecomunicação	-	(9)
IPTU (i)	-	(65)
Outras despesas	(1)	(1)
	(187)	**(254)**

(i) Em 2021 foi obtido a aprovação do Cadastro Nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade para investimento, deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram capitalizadas.

9. Instrumentos financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	646	86
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	7	12

(ii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10 Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **11. Contingência:** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13. Eventos Subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Contadora

Adriana Alcazar - CRC 1SP163264/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da REC SS Moema Empreeendimentos S.A (nova denominação social da REC SS Pipeline Empreendimentos X Ltda)São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Moema Empreendimentos S.A. (nova denominação social da REC SS Pipeline Empreendimentos X Ltda) ("Companhia"), que compreendem obalanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Moema Empreendimentos S.A. (nova denominação social da REC SS Pipeline Empreendimentos X Ltda) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixapara o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguirintitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantesprevistos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas peloConselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos queela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessarsuas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas emconjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, eemitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileirase internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo daauditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada esuficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o atode burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante emrelação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podemlevar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado,da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FDEC-4595-C1C4-25A4.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FDEC-4595-C1C4-25A4.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FDEC-4595-C1C4-25A4 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FDEC-4595-C1C4-25A4

Hash do Documento

9737C630E28301BD0534A8009B35F460D6A83BB311A27C784D79A2E0D2B88AEA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Perdizes Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 31.122.032/0001-93

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei nº 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	634	27
Despesas antecipadas	4	326	-
Total do ativo circulante		**960**	**27**
Não circulante			
Propriedade para investimentos	5	13.490	12.040
Total do ativo não circulante		**13.490**	**12.040**
Total do ativo		**14.450**	**12.067**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		8	10
Partes Relacionadas.	6	4	14
Obrigações tributárias		1	3
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		53	3
Total do passivo circulante		**66**	**30**
Patrimônio líquido			
Capital social	7.a	14.890	9.050
Prejuízos acumulados		(506)	(350)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	3.337
Total do patrimônio líquido		**14.384**	**12.037**
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.450**	**12.067**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7	**8.700**	**-**	**(170)**	**250**	**8.780**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	3.437	3.437
Aumento de capital	7.a	350	-	-	(350)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(180)	-	(180)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7	**9.050**	**-**	**(350)**	**3.337**	**12.037**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	2.503	2.503
Aumento de capital	7.a	7.310	(1.470)	-	(5.840)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(156)	-	(156)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	**16.360**	**(1.470)**	**(506)**	**-**	**14.384**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		**-**	**-**
Custo de Operação		**(0)**	**-**
IPTU		(0)	
Lucro/Prejuízo bruto		**(0)**	**-**
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(5)	(4)
Despesa com pessoal		(15)	(9)
Despesas gerais e administrativas	9	(138)	(166)
Despesas tributárias		-	(2)
Outras receitas/despesas		2	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(156)**	**(181)**
Resultado financeiro líquido		**-**	**1**
Receitas financeiras		-	1
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(156)**	**(180)**
Prejuízo dos exercícios		**(156)**	**(180)**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(156)	(180)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(156)**	**(180)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2.021	2020
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(156)	(180)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	3
Variações nas contas de ativo e passivo		
Despesas Antecipadas	(326)	-
Fornecedores	(2)	2
Partes Relacionadas	(10)	(21)
Obrigações tributárias	–	2
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	51	(8)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(445)**	**(202)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(1.450)	(3.267)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(1.450)**	**(3.267)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.503	3.437
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**2.503**	**3.437**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**607**	**(32)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	27	59
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	634	27
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**607**	**(32)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 06 de agosto de 2018, com sede na Rua Cotoxó, 281, Perdizes, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, com a denominação de REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4 -** Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de *impairment*. **Nota explicativa n° 11 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transferenem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativo:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.6 Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12 Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. Outras Normas Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (i)	634	27
	634	**27**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo. **4. Propriedade para Investimento:** O valor de custo destes ativos é representado por:

	Terreno	Edificação em andamento	Valor total
Em 31 de dezembro de 2019	**8.521**	**252**	**8.773**
Adições	-	3.267	3.267
Em 31 de dezembro de 2020	**8.521**	**3.519**	**12.040**
Adições	-	1.776	1.776
Em 31 de dezembro de 2021	**8.521**	**5.295**	**13.816**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação em andamento do prédio utilizado para futura operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custos no valor total de R$1.776 (R$3.267 em 2020) relativos a rúbrica de propriedades para investimentos dos quais R$1.450 (R$3.267 em 2020) refere-se ao andamento da construção da propriedade, e R$326 (R$0 em 2020) refere-se a adiantamento a fornecedores para a compra e instalação de elevadores. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 15.277 (R$ 13.179, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR"):*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado nas seguintes situações: (i) ativos operacionais pré estabilizados. Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas nos mercados considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping, dentre outros empreendimentos para renda e afins.

5. Partes Relacionadas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	14
	4	**14**

(i) Refere-se a valores devidos por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não foram ou são atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$ 16.360 (2020 – R$ 9.050), representado por 16.360.000 (2020 – 9.049.990) ações das seguintes espécies e classes: 16.359.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Quantidade de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	16.321.560	-	16.321.560
Thiago Augusto Cordeiro	38.430	10	38.440
	16.359.990	**10**	**16.360.000**

Em 30 de maio de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 350 que corresponde a 350.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 7.310 que corresponde a 7.310.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, do qual R$ 5.840 foram integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 1.470 encontram-se a integralizar. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias. **7. Resultado por ação:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(156)	(180)
Número de ações ordinárias	16.359.990	9.049.990
Prejuízo por ação (em reais - R$)	**(0,00954)**	**(0,01989)**

8. Despesas gerais e administrativas: A composição do saldo de despesas gerais e administrativas no ano é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços terceirizados	(131)	(112)
Emolumentos e publicações	(7)	(5)
Outras despesas	-	(49)
	(138)	**(166)**

9. Instrumentos Financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota3)	634	27
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	8	10

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10 Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "*Self Storage*", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhum exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **11. Contingência:** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13. Eventos Subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Contadora

Adriana Alcazar - CRC 1SP163264/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da REC SS Perdizes Empreendimentos S.A.. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. (*"Companhia"*), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada *"Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras"*. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7428-CE34-03D6-3A3D.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7428-CE34-03D6-3A3D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7428-CE34-03D6-3A3D ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7428-CE34-03D6-3A3D

Hash do Documento

D40713B0FDC230C214939E287B03E8A1416A09A97699500DCA36A9436B1503C4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A.

CNPJ: nº 34.546.074/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidadee acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria,contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle),a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramentade informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis eagindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei n° 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras,tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	869	137
Tributos a Recuperar		1	1
Despesas Antecipadas		318	-
Total do ativo circulante		**1.187**	**138**
Não circulante			
Propriedade para investimentos	4	10.932	7.352
Total do ativo não circulante		**10.932**	**7.352**
Total do ativo		**12.120**	**7.490**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		7	11
Valores a pagar para partes relacionadas	5	4	14
Obrigações tributárias		1	5
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	3
Total do passivo circulante		**14**	**33**
Patrimônio líquido			
Capital social	6.a	12.581	-
Prejuízos acumulados		(475)	(273)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	-	7.730
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		**12.106**	**7.457**
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.120**	**7.490**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Capitai social a integralizar	Lucro/ Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6	-	**-**	**(13)**	**7.300**	**7.287**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	430	430
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(260)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6	**-**	**-**	**(274)**	**7.730**	**7.457**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	4.851	4.851
Aumento de capital	6.a	13.180	(599)	-	(12.581)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(201)	-	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	**13.180**	**(599)**	**(475)**	**-**	**12.106**

Demonstrações do resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		**-**	**29**
Prejuízo bruto		**-**	**29**
Despesas operacionais			
Despesa com ocupação		(1)	-
Despesa com pessoal		(15)	(16)
Despesas gerais e administrativas	8	(186)	(241)
Despesas Comerciais		-	(32)
Despesas tributárias		(1)	-
Outras receitas		2	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(200)**	**(260)**
Resultado financeiro líquido		**(1)**	**-**
Despesas financeiras		(1)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(201)**	**(260)**
Prejuízo dos exercícios		**(201)**	**(260)**

Demonstrações do resultado abrangente

	2021	2020
Prejuízo dos exercícios	(201)	(260)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(201)**	**(260)**

2.12 Adoção inicial dos pronunciamentos vigentes em 1º de janeiro de 2021

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - custos para cumprir umcontrato (alterações ao CPC 25)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até31 de dezembro de 2021. Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nasdemonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021(alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(201)	(260)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Provisão para participação nos Lucros	(1)	3
Variações nas contas de ativo e passivo		
Despesas Antecipadas	(318)	-
Fornecedores	(4)	(54)
Valores a pagar para partes relacionadas	(10)	(99)
Obrigações tributárias	(5)	4
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1)	(1)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(539)**	**(407)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(3.580)	(44)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(3.580)**	**(44)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.851	430
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**4.851**	**430**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**732**	**(21)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	137	158
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	869	137
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**732**	**(21)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 14 de agosto de 2019, com sede na Rua Domingos de Morais, 853, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, SP cidade de São Paulo. Em 25 de maio de 2021, os sócios aprovaram a alteração do razão social de REC Pipeline Empreendimentos IX S.A. para REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de self-storage; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas noBrasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durantea elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operaçõesda Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 11 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estãosendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto seindicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação12 das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arrendondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parteda Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos esubjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequadosa ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4** - Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de impairment. **Nota explicativa n° 11 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativoou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3 Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (excetopor ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transferenem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiroe alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que descontaexatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiroou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativo:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativofinanceiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de créditofuturo que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido nademonstração do resultado. **2.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício, quando identificadas. **2.6 Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menosa sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início decada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como nãocirculantes. **2.9 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11 Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo	869	137
	869	**137**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamentode obrigações de curto prazo. **4. Propriedade para investimentos**

	Terreno	Edificação em andamento	Valor total
Em 31 de dezembro de 2019	**7.210**	**98**	**7.308**
Adições	-	44	44
Em 31 de dezembro de 2020	**7.210**	**142**	**7.352**
Adições	-	3.899	3.899
Em 31 de dezembro de 2021	**7.210**	**4.041**	**11.251**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação em andamento do prédio utilizado para futura operação de "Self Storage". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custohistórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custos no valor total de R$3.899 (R$44 em 2020) relativos a rúbrica de propriedades para investimentos dos quais R$3.580 (R$44 em 2020) refere-se ao andamento da construção da propriedade, e R$319 (R$0 em 2020) refere-se a adiantamento a fornecedores para a compra e instalação de elevadores. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início decada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$13.172 (R$ 7.961, em 2020). **Mensuração do valor justo:** ***(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR"):*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valorresultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020), com base nas negociações estabelecidas no mercado considerados de benchmarking:centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	4	14
	4	**14**

(i) Refere-se a valores devidos por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não serão atualizados e não sofrerão acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o exercício não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 13.180.400 (R$ 0,1 em2020) representado por 13.180.400 (100 em 2020) ações, das seguintes espécies e classes sendo 13.180.390 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A,nominativas e sem valor nominal. A composição da totalidade de ações subscritas são assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Quantidade total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	13.127.669	-	13.127.669
Thiago Augusto Cordeiro	52.721	10	52.731
	13.180.390	**10**	**13.180.400**

Em 30 de maio de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 7.350.100 que corresponde a 7.350.100 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 5.830.200 que corresponde a 5.830.200 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, do qual R$ 12.581 foram integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 599 encontram-se a integralizar. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 daLei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia.O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possuiprejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** A Companhia não possui saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2021 e (7.730 em 2020). **7. Resultado por ação:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(201)	(260)
Número de ações ordinárias	13.180.390	90
Prejuízo por ação (em reais - R$)	**(0,01535)**	**(2.888,89)**

8. Despesas Gerais e Administrativas	2021	2020
Serviços terceirizados (i)	(178)	(132)
Emolumentos e publicações	(8)	(4)
Serviços de informática e telecomunicação	-	(9)
IPTU (i)	-	(94)
Outras despesas	-	(2)
	(186)	**(241)**

(i) Em 2021 foi obtido a aprovação do Cadatro nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade parainvestimento, deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram capitalizadas.

9. Instrumentos financeiros: (i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	869	137
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	7	11

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designou derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteçãosob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10. Gestão de riscos:** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemasfinanceiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não concluiu a construção do imóvel para futura operação de "Self Storage", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a anteciparpossíveis impactos. **11. Contingência:** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingentea ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. **13. Eventos Subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Contador

Adriana Alcazar - CRC 1SP163264/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da **REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A (nova denominação social da REC Pipeline Empreendimentos IX S.A) -** São Paulo -SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. (nova denominação social da REC Pipeline Empreendimentos IX S.A) ("Companhia"), que compreendemo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercíciofindo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. (nova denominação social da REC Pipeline Empreendimentos IX S.A) em31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguirintitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantesprevistos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas peloConselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres dedistorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessarsuas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras einternacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo daauditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmosprocedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativascontábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, daépoca da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Camila Coelho Querodia
CRC 1SP294059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9B65-8711-A33B-6EAF.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9B65-8711-A33B-6EAF.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9B65-8711-A33B-6EAF ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9B65-8711-A33B-6EAF

Hash do Documento

886EF6CF05103EA0390211E9F5F1BD69BCBC2D54EA45751F336336DED976C218

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A.

CNPJ/MF nº 27.522.533/0001-90

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A administração da REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** A Companhia estabilizou as funcionalidades do sistema Oracle (ERP), o que trouxe maior agilidade e acuracidade na emissão das informações financeiras e facilitou o gerenciamento dos números divulgados pela Companhia. Também foram implementadas melhorias nos processos de tesouraria, contas a receber e contas a pagar, que resultaram em um controle mais efetivo do fluxo de caixa, auxiliando na redução dos índices de inadimplência e maior tempestividade no pagamento a fornecedores. Por meio da revisão e aprimoramento dos procedimentos de fechamentos contábeis mensais, observamos significativa melhora da gestão das informações financeiras e gerenciais. Em relação às tecnologias embarcadas na gestão administrativa e financeira, destacam-se o desenvolvimento da interface entre o sistema de gestão de contratos (Sankhya) e o ERP (Oracle), a implementação e integração da nova ferramenta tributária (Synchro) e a aplicação da ferramenta de informações gerenciais através do sistema Power BI, que, juntos, contribuíram com a redução dos prazos de fechamento, qualidade da entrega de obrigações fiscais e a melhoria da gestão de contratos, agilizando a tomada de decisões por parte da administração. A empresa atualizou suas políticas de riscos e compliance, cumprindo com as normas aplicáveis e agindo de acordo com as regras e instruções internas. As políticas da empresa estão diretamente ligadas à lei de Anticorrupção (Lei nº 12.846), aprovadas no ano de 2013 no Brasil. No mesmo sentido, foram atualizados os controles e monitoramentos de segurança cibernética e proteção de informações, por meio de acesso a novas ferramentas, aplicação de treinamentos e revisão de processos internos. Ainda, foram implementados novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista uma melhor gestão em todas as fases das construções, resultando numa tomada de decisão mais efetiva na contratação de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico, operacional e financeiro das obras. Em 2021, foi implementou novos processos de gerenciamento, gestão e desenvolvimento de obras, tendo em vista a melhor gestão no planejamento financeiro da obra, uma melhor programação de aquisição de serviços e materiais, melhorando o gerenciamento logístico e operacional das obras, um melhor acompanhamento e controle das atividades da obra. **Agradecimentos:** A REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. agradece a valiosa contribuição de seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio recebido ao longo do ano de 2021.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	90	295	Fornecedores		7	13
Total do ativo circulante		**90**	**295**	Partes relacionadas	5	2	42
				Obrigações tributárias		2	2
Não circulante				Obrigações trabalhistas		4	–
Propriedade para investimentos	4	9.842	9.737	Total do passivo circulante		**15**	**57**
Total do ativo não circulante		**9.842**	**9.737**	**Patrimônio líquido**			
				Capital social	6.a	10.050	–
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.d	151	9.999
				Prejuízos acumulados		(283)	(25)
				Total do patrimônio líquido		**9.918**	**9.974**
Total do ativo		**9.933**	**10.031**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**9.933**	**10.031**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 8 de outubro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 08 de outubro de 2020		**–**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital	6.a	–	–	–	–
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	9.999	–	9.999
Prejuízo do período		–	–	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**–**	**9.999**	**(25)**	**9.974**
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	200	–	200
Aumento de capital	6.a	10.050	(10.050)	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	(258)	(258)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**10.050**	**151**	**(283)**	**9.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 8 de outubro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(7)	–
Despesas gerais e administrativas	8	(249)	(25)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(256)**	**(25)**
Resultado financeiro líquido		**(2)**	**–**
Despesas financeiras		(3)	–
Prejuízo do exercício/período		**(258)**	**(25)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 8 de outubro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício/período	(258)	(25)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes do exercício/período	**(258)**	**(25)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 8 de outubro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(258)	(25)
Variações nas contas de ativo e passivo		
Fornecedores	(6)	13
Partes relacionadas	(40)	42
Obrigações tributárias	4	2
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(300)**	**32**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de propriedade para investimento	(105)	(9.737)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(105)**	**(9.737)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	201	9.999
Integralização de capital	–	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**201**	**10.000**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(205)**	**295**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	295	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	90	295
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**(205)**	**295**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 06 de março de 2017, porém iniciando suas operações apenas em 08 de outubro de 2020, com sede na Avenida Nove de Julho, 4939, 3º andar, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, SP cidade de São Paulo, com a denominação Seyfert Participações S.A. e alterada para em 04 de setembro de 2020 para REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de *self-storage*; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de *self-storage*. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. ***a. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto se indicado de outra forma. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arrendondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Nota explicativa nº 4 –** Propriedade para investimento: mensuração do valor de mercado para fins de teste de *impairment*. **Nota explicativa nº 11 –** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ***(i) Mensuração do valor justo:*** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. **2.3. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:*** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativo:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativofinanceiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício, quando identificadas. **2.6. Propriedade para investimentos:** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de um imóvel, localizado na cidade de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações de espaços temporários prazo e para valorização. O imóvel não será ocupado pela Companhia. A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A depreciação será calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do período. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.9. Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10. Apuração do resultado:** As despesas são reconhecidas com base no regime de competência. **2.11. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. **2.12. Novas normas ou alterações para 2021 e futuros requerimentos • Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários en contratos de arrenamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Empresa avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. **• Futuros requerimentos:** A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitda para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários en contratos de arrenamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários de curto prazo (i)	90	295
	90	**295**

(i) Com base na política interna da Companhia, os recursos em Caixa e Equivalentes, deverão permanecer sempre com alta liquidez, estando então sempre disponíveis para utilização nas atividades da Companhia, bem como para pagamento de obrigações de curto prazo. **4. Propriedade para Investimentos –** O valor de custo destes ativos é representado por:

	Terreno	Edificação em andamento	Valor total
Em 08 de outubro de 2020	**–**	**–**	**–**
Adições	9.579	158	9.737
Em 31 de dezembro de 2020	**9.579**	**158**	**9.737**
Adições	–	105	105
Em 31 de dezembro de 2021	**9.579**	**268**	**9.842**

Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação em andamento do prédio utilizado para futura operação de "*Self Storage*". Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento pelo método de custo, ou seja, ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 os estudos da Companhia não apresentam necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Durante o ano, foram incorridos custos no valor total de R$105 (R$158 em 2020) relativos a rúbrica de propriedade para investimentos correspondentes ao andamento da construção da propriedade. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de Dezembro de 2021, o valor justo das propriedades para investimentos é de R$ 10.529 (R$ 9.737, em 2020). **Mensuração do valor justo: *(i) Hierarquia do valor justo:*** O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações financeiras e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como Nível 3. ***(ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk- Weighted Development Profit Recognition Metodology; "PR")*** Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado para projetos em desenvolvimento (aprovação de projeto ou construção). Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabilizado, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2021 foi de 8% (8% em 2020) com base nas negociações estabelecidas no mercado considerados de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

5. Partes Relacionadas

Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i) (i)	2	42
	2	**42**

Refere-se a valores devidos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não serão atualizados e não sofrerão acréscimos no momento da liquidação. **Remuneração dos Administradores:** Durante o período não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia. **6. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$ 10.050 (2020 – R$ 1 – integralizado e R$1 a subscrever), representado por 10.050.000 (2020 – 1.000) ações das seguintes espécies e classes: 10.049.990 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Total
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	10.009.794	6	**10.009.800**
Thiago Augusto Cordeiro	40.196	4	**40.200**
	10.049.990	**10**	**10.050.000**

Em 04 de setembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R$ 0,9 que corresponde a 900 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e ainda aprovou a conversão de 10 ações ordinárias em ações preferencias classe A. Em 30 de março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária autorizou aumento de capital social no montante de R$ 10.049 que corresponde a 10.049.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui saldos em Reserva Legal visto a apuração de prejuízo em ambos os períodos. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contas da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. O eventual excedente do lucro líquido será distribuído de acordo com a política de distribuição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu dividendos, uma vez que possui prejuízo. **d. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Refere-se a aportes efetuados pelos acionistas Evergreen e Thiago Augusto Cordeiro, conforme instrumento particular de contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, assinados durante os exercícios de 2021 e 2020, no valor de R$ 200 (R$ 9.999 em 2020), que serão integralizados em cotas da sociedade durante o exercício de 2022, convertidos em quantidade fixas de cotas, no valor de R$ 0,001 (um real) por cota, totalizando 200.000 novas ações. **e. Ações Preferenciais:** A ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2021 e 2020 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias. **7. Resultado por ação –** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(258) (25)	–
Número de ações ordinárias	10.049.990	1.000
Prejuízo por ação (em reais – R$)	**(0,0257)**	**(25)**

8. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/201	31/12/2020
Serviços de vigilância	(90)	(15)
Serviços advocatícios	(5)	(9)
Serviços terceirizados	(50)	–
IPTU (i)	(77)	–
Outras despesas	(27)	(1)
Total	**(249)**	**(25)**

(i) A Propriedade para investimento foi adquirida em 26 de outubro de 2020, deste modo não existia despesa efetiva de IPTU no 2020 visto que a mesma foi paga pelo proprietário anterior. A Companhia possuí como política a capitalização do saldo de IPTU apenas após a aprovação do Cadastro Nacional de obra (CTO) para a construção da propriedade para investimento, o qual ainda não foi obtido em 2021, deste modo, as despesas relativas a gastos com IPTU foram despesadas no exercício. **9. Instrumentos financeiros – (i) Classificação dos instrumentos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação: custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3)	90	295
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	**7**	**1**3

(ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante o exercício de 2021 e período de 08 de outubro a 31 de dezembro de 2020, e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos. **10. Gestão de riscos –** Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a. Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. **b. Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. **c. Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. **d. Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhum exposição à este risco. **e. Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos. **11. Contingência –** A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Outras informações –** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial a Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios no período de 2021, e concluiu que não existem riscos substanciais que pudessem afetar o curso normal de suas operações durante o referido ano, uma vez que o setor de construção é setor essencial neste momento da economia, vide decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020 (atividades da construção civil), logo os prestadores continuam as atividades normalmente. É importante constar que a Administração da Companhia está constantemente revisitando e acompanhando de perto os riscos para o negócio, assim como seus eventuais impactos. **13. Eventos Subsequentes –** A Administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor | **Thomas Daniel Conway** – Diretor | **Adriana Ruiz Alcazar** – Contadora CRC 1SP 163.264/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Camila Coelho Querodia
CRC 1SP 294.059/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F9BA-1678-CF9E-CBD8.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F9BA-1678-CF9E-CBD8.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F9BA-1678-CF9E-CBD8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F9BA-1678-CF9E-CBD8

Hash do Documento

E64E49811A92F5ABD8F4107E4008C09B4C6A38E35CCBE224CE9E73BCD77E6A06

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 03:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00